

PUC

CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

HUMANITAS

Instituto de
Ciências Humanas

Humanitas - Vol. 2 - Nº 1 - Março 1999

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

**INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS**

HUMANITAS

Humanitas

Vol. 2

Nº 1

Março 1999

SUMÁRIO

Apresentação	5
---------------------------	---

ARTIGOS

Doraci Alves Lopes , Ética e Cidadania: reflexões metodológicas	7
--	---

Thales de Andrade , Estética e Ética: perspectivas de análise sobre fenômenos culturais contemporâneos	13
---	----

Pedro Rocha Lemos , Cultura Política, cidadania e descentralização das políticas habitacionais	24
---	----

Doraci Alves Lopes , Ética, do habitar e trabalhadores sem teto: desafio metodológico	42
--	----

Vera Lúcia G. S. Rodrigues , Sociedade civil e gestão participativa: os comitês de bacias hidrográficas	64
--	----

Paulo André A. Setti , Afinal, quem são eles? Alteridade e complexidade na pesquisa antropológica	77
--	----

RESENHAS	90
-----------------------	----

APRESENTAÇÃO

Dando seqüência a publicação da revista Humanitas, do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas, em 1999, temos imensa satisfação de trazer à público o número um do segundo volume da revista. Gostaríamos de esclarecer aos nossos leitores que em 1998 contamos com o número dois do volume um, e não do volume dois como foi erroneamente publicado.

É importante destacar que este volume procura manter a diversidade reflexiva que tem sido a tônica de nossas atividades no Instituto nos últimos anos, mantendo o mesmo formato, ou seja, duas sessões – **Artigos e Resenhas** -. Apresentamos, então, seis textos, frutos das discussões teórico-metodológicas que tem ocorrido no **Laboratório de Ensino, Sociedade, Ética e Cidadania** – LESEC -, coordenado pela professora doutora Doraci Alves Lopes, do Departamento de Ciências Sociais.

Os textos, partem de uma reflexão em andamento sobre Ética e Cidadania, em diferentes abordagens e são apresentados pela coordenadora do LESEC no primeiro trabalho publicado. É importante, no entanto, destacar, como bem afirmou Doraci A. Lopes, que o sentido desta publicação ultrapassa em muito uma necessidade, *exclusivamente acadêmica, mas se propõe a contribuir mais diretamente para a discussão da metodologia da pesquisa social de profissionais e estudantes de ciências sociais preocupados na finalização e andamento de seus trabalhos de conclusão de curso*, e para alunos de outros cursos da PUC-Campinas. Pretende servir, ainda, como referência aos professores de Sociologia do ensino médio, sugerindo alguns subsídios para seus programas de ensino nos cursos que atuam. Temos certeza que esse rico material cumprirá o objetivo a que se propõe.

Por fim, gostaria de expressar alguns agradecimentos a pessoas fundamentais para a realização desta publicação. A Professora Maria Salete Z. Trujillo, diretora do Instituto de Ciências Humanas que tem dado apoio incondicional aos trabalhos desta Comissão Editorial. Aos colegas da Comissão Editorial do ICH, que abrindo mão de inúmeras outras atividades, participam ativamente de nossas reuniões, principalmente aos Professores Antônio C. Pinheiro, Doraci A. Lopes e Lília Inés Z. de Medrano. Ao funcionário Ricardo Marcelo F. Gorchacov do Núcleo, pelo empenho constante, bem como ao Composer da PUC-Campinas, na pessoa da funcionária Célia Regina F. Marçola, coordenadora de Editoração Eletrônica, pela dedicação.

Esperamos que nossos leitores possam dividir conosco a alegria do bom resultado desta publicação.

Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

SOCIEDADE, ÉTICA E CIDADANIA: reflexões metodológicas

Doraci Alves LOPES*

Os objetivos do presente conjunto de artigos dos docentes do Laboratório de Estudos, Sociedade, Ética e Cidadania - LESEC -, são diversos, como o de contribuir mais diretamente para a discussão da metodologia da pesquisa social dos estudantes de Ciências Sociais, envolvidos com a definição e andamento de seus trabalhos de conclusão de curso. Espera enriquecer o estudo dos demais estudantes do Instituto de Ciências Humanas e de outros cursos da Puc-Campinas. Tem expectativas, também, de auxiliar os professores de Sociologia no ensino médio, oferecendo alguns subsídios para seus programas de ensino. Finalmente, os integrantes do laboratório se dispõem a receber críticas e sugestões para a continuidade de suas atividades.

Desde meados de 1997, um grupo de professores de Ciências Sociais passou a pensar a diversidade de suas experiências de investigação social e descobriram que tinham uma preocupação comum, centrada na questão da ética e da cidadania.

A partir de então, foi ficando claro o quanto é importante a criação de um espaço de troca acadêmica e busca, nem sempre fácil, de um caminho de interesses próximos e comprometidos com um trabalho coletivo.

(*) Doutora em Sociologia, Coordenadora do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC) e do Curso de Ciências Sociais do ICH, PUC-Campinas.

Pudemos perceber em 1999, com satisfação, nossos primeiros avanços, ao integrarmos muitos alunos a uma proposta de grupo de estudos, bem como estabelecer alguns contatos com outras unidades da universidade e outras instituições, traduzidos, por enquanto, pelos seminários organizados pelo LESEC, para o curso de ciências sociais. Outro resultado está na divulgação deste conjunto de artigos, demonstrando um novo momento de reflexão e amadurecimento do trabalho em desenvolvimento.

Como uma das características principais do grupo é o da coexistência com diferentes objetos de pesquisa, seja em sociologia, ciência política ou antropologia, a diversidade das análises sobre certas formas concretas da vida social estão integradas, de alguma forma, com reflexões a respeito da ética e/ou da cidadania.

Em termos muito sintéticos, a ética está sendo entendida como parte indiscutível do pensamento filosófico, tema de preocupações desde suas origens, na antigüidade. Mas na sociedade moderna tornou-se objeto específico de discussão de várias outras ciências, como a psicologia, o direito, a economia política, a história, ou a comunicação.

Deste modo, é preciso deixar claro que as Ciências Sociais podem pensar sobre a ética. Não se trata de entender a ética no sentido tradicional, como um conjunto absoluto e abstrato de certos princípios e normas morais que regulam a vida social, ou, ainda, como uma sucessão de certas práticas morais, umas substituindo outras. Também não se confundem com a investigação da Filosofia, que pensa sistematicamente a história da moral, as doutrinas éticas fundamentais, como a Grega, a Cristã Medieval, Moderna e Contemporânea.

Procuramos entendê-la como diversidade e especificidades de morais que são construídas e modificadas tanto no tempo como no espaço das sociedades, produto de processos históricos definidos. Isto quer dizer que o indivíduo tem um comportamento moral influenciado por fatores sociais, que são vividos pessoalmente e interiorizados.

Porém, não é possível apenas reproduzi-los mecanicamente, pois o indivíduo possui uma margem de autonomia para poder decidir e agir socialmente.

Neste sentido, o sujeito deve assumir responsabilidades sobre seus atos perante seus semelhantes e esta situação nos permite refletir sobre como o homem se comporta moralmente, bem como sobre a moral do grupo social a que ele pertence.

A questão da discussão científica da ética está em demonstrar qual a correlação entre a moral e a vida social, discutir seus limites, obstáculos, mudanças e avanços no âmbito de determinadas relações sociais, econômicas, políticas ou culturais.

Este também é o caso do conceito de cidadania, utilizado por um universo amplo de discussões científicas, especialmente nas ciências humanas, adquirindo diferentes significados, dependendo do contexto histórico, do problema social e da vertente teórica em que está sendo analisado.

Entre os participantes do LESEC, a concepção de cidadania é sinônimo de práticas sociais em luta por direitos sociais ou de novos problemas que emergem para pensar sua redefinição. Portanto, as análises não se restringem à concepção liberal de cidadania, que se limita a definir seu conteúdo formal.

Os vários artigos expressam investigações de processos de luta pela criação de novos direitos sociais, de novos espaços de poder, de participação política. Apontam para a necessidade de refletirmos sobre aspectos importantes da questão da cidadania; analisam a existência de sérios obstáculos presentes na cultura política dominante e a importância de uma reflexão permanente sobre a democratização da sociedade, especialmente a brasileira.

Assim, tanto o conceito de ética como o de cidadania não se confundem com um debate jurídico, legal ou oficial, mas representam um campo de discussão sobre direitos sociais em processos cotidianos de construções culturais, políticas, econômicas e/ou so-

ciais, tratadas a partir de diferentes contribuições teórico-metodológicas e objetos de estudos.

No artigo de Thales de Andrade, existe a preocupação de levantar uma questão ética relacionada à estetização cotidiana da cultura e a questão ambiental, produzida pelos aparatos tecnológicos da mídia. A sua pesquisa e percurso metodológico apontam para a necessidade de pensarmos sobre um problema fundamental: o da criação de um novo tipo de segregação social - os analfabetos tecnológicos -, e a intensidade das simulações ficcionais produzidas pelas novas tecnologias da informação. A cidadania e a ética estão sendo diretamente afetadas pelo poder de controle de restritos grupos sociais sobre as produções estéticas, que o autor investiga através dos conteúdos de programas televisivos voltados para o tema dos riscos ambientais.

Em Pedro Rocha Lemos, a ênfase da discussão está em pensar a habitação e cidadania em projetos de políticas públicas na região de Campinas (SP), privilegiando o programa habitacional 'Chico Mendes', do município de Cosmópolis. Pretende problematizar e contextualizar historicamente a descentralização destas políticas investigando, através de vários recursos metodológicos, a relação entre as lutas por direitos sociais em habitação e a definição das políticas governamentais, após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em meados dos anos 80.

A sua contribuição situa-se num mapeamento das correntes teóricas que vêm discutindo as condições em que se encontram os conflitos e tensões entre as políticas públicas mais gerais e os projetos habitacionais, como também suas relações com os movimentos sociais nesta área. Relaciona um conjunto de conceitos e autores para expressar seu referencial teórico como: poder local, cotidiano, democracia e cidadania.

Distingue seu enfoque das análises exclusivamente institucionais, que dificultam abordagens para pensar a racionalidade das resistências, dos fracassos, ou mesmo de certos avanços

vivenciados por sujeitos sociais envolvidos em lutas por direitos sociais mais democráticos em habitação.

O artigo de minha autoria também se dedica a pensar a questão habitacional, procurando explicitar uma metodologia de pesquisa que interpreta a cultura e a ética do habitar de trabalhadores sem teto, a partir do estudo de uma ocupação urbana em Campinas (SP), no ano de 1994. Trata-se de uma discussão que reflete temas como habitação, cultura e ética do habitar, entre outros, sublinhando que não foi possível contar com um debate consagrado das ciências sociais desta perspectiva de estudo.

Procuro problematizar certas situações historicamente dramáticas e silenciadas do modo de vida provisório dos trabalhadores sem teto e os conflitos que enfrentam nas várias situações de exclusão social produzidas pela racionalidade das políticas habitacionais do país, na maioria das vezes estranhas à sua cultura e a seus projetos para se constituir sujeito social, cidadão.

O objetivo da reflexão de Vera Lucia Graziano Rodrigues, por outro lado, é discutir a crescente complexidade das organizações coletivas da sociedade brasileira, problematizando as relações entre sociedade civil, direitos sociais e novas formas de participação política, traduzidas por práticas sociais que chama de neocooperativas. A sua questão é tratar o neocooperativismo como expressão de exigências coletivas, redes associativas heterogêneas, multifacetadas e desiguais em termos de hegemonização da representação e negociação de interesses políticos junto ao Estado.

A pesquisa e a história dos comitês das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Jundiá e Capivari são exemplos vivos das questões teóricas enfrentadas pela autora. Ao explicitar o caminho metodológico, contribui para destacar outros aspectos do debate sobre a cidadania, como os desafios da descentralização da gestão e democratização das políticas públicas em relação ao uso da água nos municípios que compõem esta bacia hidrográfica.

Em Paulo André A. Setti, vemos o conceito de complexidade também ser discutido, desta vez associado à antropologia, que exige a produção de um conhecimento científico que leve em conta a sociedade contemporânea, marcada pelos desafios da 'coexistência de múltiplas fontes de normatividade', segundo suas palavras.

Setti procura auxiliar no debate metodológico, refletindo especialmente sobre o conceito de identidade, que entende, '*a partir de dentro*' do saber, valores e práticas vivenciadas pelos sujeitos sociais e como parte essencial da construção do conhecimento antropológico em contextos socioculturais '*complexos*', como o da sociedade brasileira.

Este enfoque teórico incorpora ainda a dimensão política, reconhecendo o ato de conhecimento do pesquisador como um '*ato de afirmação política*', ao interagir em processos culturais heterogêneos, plurais, dinâmicos, onde os sujeitos sociais constroem e reconstroem moralidades, normatividades sociais historicamente situadas. Segundo o autor, os indivíduos devem definir '*o que ser no mundo*' e o que '*deve ser feito do mundo*', portanto, são influenciados pelas construções éticas existentes na vida social, defrontando-se com consensos ou conflitos no âmbito dos interesses políticos, que debatem o que vêm a ser direitos sociais ou cidadania.

Como o leitor pode verificar, são amplas as possibilidades de engajamento em relação ao trabalho acadêmico que envolve os docentes do LESEC e está aberto a novas contribuições que somem preocupações e compromissos sistemáticos às reflexões construídas até o presente momento.

Desejamos agradecer especialmente aos membros da Comissão Editorial do Instituto de Ciências Humanas o espaço de divulgação de nossas propostas e conjunto de artigos na Revista *Humanitas*.

ESTÉTICA E ÉTICA: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE SOBRE FENÔMENOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS

Thales de ANDRADE*

RESUMO

O presente artigo trata da questão da estetização das relações sociais no mundo contemporâneo. O aparato tecnológico construído na sociedade moderna redefine a produção cultural, aproximando-a das manifestações estéticas e de entretenimento. É necessário ao conhecimento sociológico discutir metodologias que sejam capazes de captar os aspectos estéticos que permeiam as relações sociais e colocar em debate a questão ética que envolve este assunto.

Palavras-chave: Estética, ética, técnica.

ABSTRACT

The present article deals with the aesthetics of social relations in contemporary world. The technological apparatus built in modern society shapes culture, involving it in aesthetics and entertainment procedures. It is necessary for sociology to discuss methodologies able to understand the aesthetics within social relations and stipulate an ethical debate on these matters.

Key-words: Aesthetics, ethic, technique.

(*) Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e docente do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Campinas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em um esforço de apresentar contribuições metodológicas para a análise sociológica interessada nas questões culturais e políticas da atualidade. A discussão sobre a performatização da vida cotidiana e a estetização das relações sociais vem ganhando espaço na agenda sociológica, o que faz necessário um acompanhamento da parte dos cientistas sociais para lidar com esses fenômenos, extremamente complexos e muitas vezes parcialmente compreendidos.

A importância da reflexão ética para a regulação do alcance e dos sentidos da experiência estética deve ser também ressaltada. Para muitos autores, entre os quais nos incluímos, é fundamental a consolidação da ética enquanto norteadora das manifestações ficcionais e estéticas contemporâneas, sem a qual os limites entre a realidade social e as construções ficcionais podem ser perigosamente comprometidos (Colombo, 1990). Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Este artigo se destina a colaborar com os debates travados no Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC) e representa uma tentativa de se consolidar uma abordagem multidisciplinar sobre a realidade social brasileira juntamente com outras vertentes teórico-metodológicas de análise.

Inicialmente tentaremos discutir sinteticamente a estetização das relações sociais e suas implicações. O conceito de espetáculo pode ser utilizado nesse percurso, ele auxilia a compreender os papéis sociais e a importância do fenômeno estético para a condição de experiência do cidadão moderno. Outro aspecto relevante é o papel das tecnologias informacionais nesse processo, de forma que sua inserção na sociabilidade moderna redefine o sentido e o alcance da realidade social, e impõe novos indicadores de apreensão dessa mesma realidade.

A seguir discutiremos recursos metodológicos que podem ser de valia na compreensão dessa dimensão da realidade social.

Serão salientadas as possibilidades e limitações dos arcabouços sociológicos de análise para abranger essa realidade estetizada que se impõe contemporaneamente. Ao final, serão tratadas as implicações éticas do uso recorrente da perspectiva estética que caracteriza a moderna sociabilidade.

A QUESTÃO DO ESPETÁCULO

Muitas das dificuldades da análise sociológica para compreender os fenômenos culturais residem em sua tentativa de decifrar os conteúdos e os significados das obras, textos e imagens que se apresentam cotidianamente. Essas obras e textos, perfiladas constantemente aos cidadãos modernos, podem ser discutidos enquanto espetáculos, fenômenos dotados de significação específica.

O espetáculo, muito mais do que um momento de celebração das obras artísticas, constitui um tipo de relacionamento dos homens com os objetos ao seu redor. Vejamos o que nos oferece o Novo Dicionário Aurélio acerca do termo *Espetáculo*:

"1) Tudo o que chama a atenção, atrai e prende o olhar...; 2) Contemplação, vista...; 3) Representação teatral, exibição de cinema, televisão etc...; 4) Cena ridícula e/ou escandalosa..." (Ferreira et alli., 1986: 704).

Atração pelo olhar, contemplação, representação, cena, escândalo. Idéias aparentemente díspares entre si que, no entanto, concatenam talvez o fenômeno social mais ostensivo, inquestionável e muitas vezes despercebido de nosso tempo.

Dois aspectos chamam atenção a partir da definição do Novo Dicionário Aurélio. De um lado, temos a importância destacada de um dos sentidos humanos em particular, a visão. Olhar, contemplação, cinema, teatro e televisão constituem elementos que convergem

para um mesmo ponto, a visão, faculdade que passa a adquirir proeminência na definição de situações espetaculares. É relevante notar que tecnologias ou situações em que esse sentido não está tão presente, como por exemplo o rádio, não são contempladas na definição. De outro, percebe-se que o espetáculo implica também em encenação, representação de eventos. Certas circunstâncias sociais adquirem o estatuto de espetáculo na medida em que carreguem em si efeitos de sedução junto a determinadas pessoas, objetos ou lugares. Nem todos os indivíduos são capazes de se colocarem na cena espetacular, uma vez que sua capacidade de despertar o desejo do outro é um atributo intransferível.

Em outras palavras, o espetáculo é uma forma de relacionamento humano com os objetos exteriores em que ocorre uma contemplação, uma exposição de significados sem uma condição de experiência correspondente da parte dos espectadores. Os papéis e responsabilidades estão todos postos de antemão e as situações inusitadas só o são para os que participam na condição de espectadores, ou seja, o controle dos movimentos do espetáculo é prerrogativa fundamental de seus promotores.

No interior da sociabilidade moderna, esse esquema é apontado como uma norma, e se reproduz não apenas à cena artística mas também às relações de poder, a esfera privada, os eventos bélicos etc. Os fenômenos sociais podem ser continuamente tratados e enfocados na forma espetacular, em que a perspectiva do entretenimento e a estetização imperam, são mais fundamentais que os dados objetivos e a realidade social (Debord, 1997).

Na conformação desse amplo palco social, um elemento se sobressai: as modernas tecnologias de comunicação. Podemos encontrar vestígios da teoria do espetáculo ainda nos anos trinta, período de ascensão do nazi-fascismo na Europa. Walter Benjamin adverte sobre os perigos da estetização das práticas políticas contida nos cerimoniais dos grupos nazistas, momento em que a arte se deixa aprisionar pelo pensamento autoritário¹.

Mas será a partir dos anos sessenta que o debate sobre o espetáculo se fortalece no cenário intelectual (Debord, 1997; Baudrillard, 1983). Os cientistas sociais começam então a advertir que os fenômenos sócio-políticos podem ser convertidos e posteriormente consumidos enquanto signo, dado especificamente técnico e intercambiável. Sua concretude vai se esvaindo, de acordo com o potencial de armazenamento e distribuição das tecnologias de comunicação². Faz-se necessária, portanto, atentar para a instrumentalização da técnica moderna na construção dos cenários sociais.

Nos anos noventa, a impregnância do entretenimento na vida cotidiana alçou à condição de tema obrigatório em se tratando da sociabilidade moderna. Cientistas oriundos de perspectivas teóricas diferentes passaram a enxergar no entretenimento a linguagem predominante das modernas interações sociais. E o uso das tecnologias eletrônicas em sentido performativo foi o elemento que deu o suporte fundamental para essa predominância da experiência social enquanto manifestação estética³. Sem recair em posições deterministas, pode-se afirmar que esse arcabouço tecnológico potencializou um investimento na performatividade engendrado pelos posicionamentos sociais predominantes.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E A QUESTÃO ESTÉTICA

A partir de agora podemos investir na discussão acerca dos recursos metodológicos que as Ciências Sociais dispõem para compreender a sociabilidade enquanto processo estético.

Uma forma de análise sociológica recorrente é procurar nos textos e imagens propiciadas pela produção cultural aspectos ideológicos, de concepções políticas que permeiam essas manifestações.

Essa compreensão da atividade comunicacional em termos ideológicos não permite entender um aspecto essencial dos

dispositivos eletrônicos, que consiste na utilização performática dos recursos audiovisuais disponíveis em uma perspectiva voltada ao entretenimento.

A título de exemplo, apontaremos uma pesquisa recente que realizamos, dedicada a tratar da estetização da questão ambiental pela televisão⁴. As concepções sobre meio ambiente e sustentabilidade do setor televisivo não estão disponíveis em termos de posições político-partidárias. Através destas, não é possível compreender a abordagem do veículo. O enfoque do dispositivo televisivo sobre a problemática ambiental é marcada pela utilização de diferentes artifícios de entretenimento e recursos performativos.

Diferentes recursos de narração se sobrepõem nos filmes analisados. Constatou-se que diferentes gêneros são apresentados aleatoriamente: recursos ficcionais (atores), jornalísticos (entrevistas), estilos de documentários (imagens e locução em off), formato de revista, efeitos de dramaticidade (recursos sonoros, falta de enquadramento, *flash-back*), publicidade (discurso direto) e entretenimento (videoclips).

Não foi realizada uma análise exaustiva dos conteúdos expressos nos programas televisivos. Apostamos que as técnicas de análise e decodificação dos conteúdos, tão freqüentemente utilizadas em investigações sobre mídia, não surtiriam efeito. Tampouco foi buscado o produtor enquanto narrador oculto (abordagem luckacsiana), que permeia as obras culturais e fornece sentido aos projetos coletivos que as embasam.

Distante desses caminhos metodológicos, a perspectiva escolhida foi a de explorar as modalidades estéticas e técnicas situadas nos movimento de construção dos cenários. Através da modalidade instrumental performativa das técnicas modernas foi possível detectar o envolvimento dos dispositivos eletrônicos como criadores, e não apenas reprodutores, de abordagens sobre a realidade (Rodrigues, 1990). É como se a representação dos fenômenos

tivesse sido substituída pelo seu engendramento técnico, fruto de intervenções de fundo estético.

O interacionismo simbólico é uma vertente que descreve as relações sociais como fruto de posturas simuladas e efeitos cênicos. A vida em sociedade seria um jogo de representação, um grande teatro, em que os atores improvisam e se reconhecem mutuamente, atuando de maneira a intervir nas cenas do mundo comum⁵. De certa forma essa abordagem é precursora das investigações sociológicas atuais que enfocam a estetização da vida social. Mas ela não reconhece a importância do arcabouço tecnológico nesse processo, o qual tem sido reconhecido como agente performativo e construtor de cenários apenas pelas tendências mais contemporâneas.

Através da percepção da intervenção performativa das tecnologias eletrônicas torna-se possível captar uma série de fórmulas e recursos de ordem ficcional entrecruzados com posturas não ficcionais que reengendram o social, alçando-o à condição de fenômeno estético.

Outro aspecto importante nessa construção metodológica: os indivíduos são colocados continuamente frente a fórmulas ficcionais, que não se prestam a uma averiguação acerca de sua falsidade. Nos termos de Subirats (1989), estabelece-se no espetáculo uma diferença fundamental entre a ideologia e o elemento estético:

"...o fato de o simulacro não poder ser compreendido simplesmente como uma réplica enganadora, menos ainda como uma consciência falsa... O sujeito individual faz necessariamente face a essa ficção, não como uma interpretação ou legitimação da realidade, mas, antes, como uma segunda realidade ontologicamente mais intensa do que a realidade de sua experiência individual..." (Subirats, 1989: 83).

E essa criação de simulacros e situações prazerosas é regida pela lógica do entretenimento. Uma lógica que passa a permear a sociabilidade na grande maioria de suas manifestações. Para

compreender o papel ocupado por essa perspectiva do lúdico na sociabilidade moderna, é necessário analisar os imbricamentos entre realismo e ficção.

Aspectos tradicionalmente distintos, realismo e ficção, suas confluências podem ser atestadas ao se focar os princípios tecnológicos que regem a estética espetacular. Seus limites podem ser rompidos, e uma metodologia que se concentre unicamente em conteúdos expressos pode ser incapaz de captar os efeitos desse entrecruzamento entre ficção e documento. Faz-se necessário um olhar que detecte como que tecnicamente é possível estetizar a realidade social e quais suas implicações na vida coletiva (Virilio, 1993).

IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA ESTÉTICA MODERNA

É preciso sublinhar que essas implicações se relacionam diretamente a problemas éticos. Diversos autores chamam atenção para os riscos de uma sociabilidade vulnerável às montagens e aos enredos dramáticos. A profusão de imagens e acontecimentos que acerbam o cidadão moderno e dialogam com ele continuamente tendem a substituir o real, com sua concretude e seus conflitos, pelos jogos efêmeros e pela sedução publicitária.

Mais do que uma questão de ordem técnica ou ideológica, a capacidade de dotar o mundo social de aspectos ficcionais impõe uma reflexão sobre os limites éticos dessa criação que se diz estética. Os contornos que separam o verossímil da criação ficcional precisam ser claramente delineados, mediante o risco da construção social de uma estética que não se autoproclama como tal, reivindicando um estatuto de verdade que se torna inquestionável, uma vez que é inverificável.

O posicionamento de Ramos (1994) frente a esse debate é esclarecedor. Analisando a questão do sensacionalismo nos veícu-

los de comunicação, o autor aponta que esse elemento é um recurso narrativo capaz de aglutinar em seu interior os mais diversos acontecimentos, imprimindo a todos eles a sua marca específica. Ou seja, qualquer situação social pode se moldar à lógica do traumático e do sensacional, mediante o uso dos recursos cênicos apropriados. A partir disso, segundo ele,

"... surge a questão ética de como se posicionar, em espectador, face não só à imagem traumática mas igualmente à sua curvatura sensacionalista. Questão particularmente pertinente quando nos vemos inseridos dentro de uma sociedade que, já há um século e meio, é inteiramente permeada e fascinada pelos efeitos e potencialidades dessa forma de constituição imagética que se delinea a partir da mediação da câmera..." (Ramos, 1994: 27).

Essa discussão remete ao rompimento da relação segura que marcava as situações ficcionais anteriores, formada por sujeitos e objetos. Se os objetos observados pelo cidadão moderno não se dão a conhecer de forma total mas enquanto efeitos simulação, esse cidadão pode perder sua condição de sujeito. Torna-se um espectador não sujeito, e submetido às regras da autorreferencialidade dos veículos de produção estética (Colombo, 1990).

CONCLUSÃO

Um constructo ético faz-se necessário de modo a reinstaurar o cidadão na condição de sujeito conhecedor dos acontecimentos sociais, sendo capaz de segui-los e de se orientar conscientemente entre eles.

Os autores que discutem o avanço das tecnologias digitais e das imagens numéricas, criadas a partir de modelos abstratos, apontam os diversos problemas que podem emergir caso não exista controle efetivo da sociedade sobre esses incrementos técnicos.

Uma das questões fundamentais consiste em não tornar essa linguagem tecnológica e estética em um idioma restrito a pequenos grupos (Scheps, 1994). Caso isso ocorra, prevê-se a construção de um novo tipo de segregação social, fundada no hiato entre, de um lado, os letrados na gramática visual; e de outro os analfabetos tecnológicos, situados a priori em posição de desvantagem frente às condições de representação das relações sociais. Para estes, discernir entre o montante de imagens disponíveis aquelas situadas em uma postura estética ou documental tende a se tornar tarefa extremamente difícil.

Outro elemento que é posto em debate atualmente, e possui implicações éticas importantes, são as inúmeras e imprevisíveis condições de trucaagem possibilitadas pelas modernas técnicas. As capacidades visuais ilimitadas encaminham a sociedade para o mundo das imagens enganosas, em que é possível articular tempos e circunstâncias diferentes em uma mesma seqüência, criando continuamente ilusões de veracidade (Virilio, 1996).

Imagens de arquivo e simulações em computador podem ser agrupadas criando situações irreais mas indistinguíveis, a partir de uma estética avançada mas perigosa que, controlada por grupos sociais descomprometidos eticamente, levam à construção de um projeto nebuloso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, T. H. **Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira**, Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas.
- BALANDIER, G. **El poder en escenas**, Barcelona, Paidós, 1994.
- BAUDRILLARD, J. **Simulations**, New York, Semiotext [e], 1983.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. Tradução: José Lino Grünnewald, Col. **Os Pensadores**, São Paulo, Abril, p. 5-28, 1983.

- COLOMBO, F. El icono ético - la imagen de síntesis y un nuevo paradigma moral, in: **Videoculturas de fin de siglo**, Madrid, Cátedra, p.145-156,1990.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Contraponto, Rio de Janeiro,1997.
- FERREIRA, A. et al. **Novo dicionário Aurélio**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**, Petrópolis, Vozes, 1975.
- IANNI, O Príncipe Eletrônico, **Primeira Versão**, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas,1998.
- RAMOS, F. Imagem traumática e sensacionalismo, **Imagens**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, nº02, p.18-27,1994.
- REQUEÑA, J. G. **Discurso televisivo: espectáculo de la posmodernidad**, Madrid, Cátedra,1992.
- RODRIGUES, A. D. **Estratégias da comunicação**, Presença, Lisboa, 1990.
- SCHEPS, R. (org.) **O império das técnicas**. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Papyrus, Campinas,1996.
- SUBIRATS, E. **A cultura como espetáculo**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo, Nobel, 1989.
- VIRILIO, P. **Guerra e cinema**. Tradução: Paulo Roberto Pires. São Paulo, Scritta, 1993.
- VIRILIO P. **A arte do motor**. Tradução: Paulo Roberto Pires. Estação Liberdade, São Paulo,1996.

NOTAS

- (1) Ver BENJAMIN,1983.
- (2) Sobre isso ver BAUDRILLARD, 1983.
- (3) Ver BALANDIER,1994; IANNI,1998; REQUEÑA,1992.
- (4) ANDRADE,1998.
- (5) Ver especialmente GOFFMAN,1975.

CULTURA POLÍTICA, CIDADANIA E DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS

Pedro Rocha LEMOS*

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar em linhas gerais, as perspectivas teóricas e metodológicas, que vem orientando a investigação sobre o processo de descentralização das Políticas Habitacionais e seu efeito a nível local e regional. Palavras chaves: Políticas Públicas; Esfera Pública; Cidadania; Direitos Sociais; Sujeitos Sociais.

ABSTRACT

The objective of this article is to present in general the theoretical and methodological perspectives which guide the research on inhabit policy decentralization, and its effects at the local level. There are some concepts underlying this debate, like citizenship, subjects and social rights.

Key words: Public policy, public sphere, citizenship, social rights, social subjects.

INTRODUÇÃO

A definição do tema Cultura Política, Cidadania e Descentralização das Políticas Habitacionais da continuidade à linha

(*) Doutorando em Sociologia pela PUC-SP. Prof. do Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas PUC-Campinas.

de pesquisa que foi sendo traçada desde o período de encerramento de minha graduação em Ciências Sociais, quando trabalhei como sociólogo, na condição de técnico social, no Inocoop S P. (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais).

A necessidade de refletir sobre a metodologia de trabalho social do Inocoop foi determinante na escolha do tema de minha dissertação de mestrado: "Política Habitacional e Controle de Estado no Brasil - pós 64. Estudo de caso: Cooperativa Habitacional de Nova Veneza, Sumaré SP." (Lemos, 1994). O curso foi realizado na Unicamp e trabalhei no Inocoop de 1977 a 1979, na formação, acompanhamento e desenvolvimento das cooperativas habitacionais.

O presente artigo apresenta, em linhas gerais, os pressupostos teóricos e metodológicos que estão orientando meu doutoramento, no programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na PUC São Paulo.

A trajetória de investigação, que constitui esta reflexão, está inserida na região de Campinas, e voltada para questões que dizem respeito a produção das políticas sociais, e especificamente as que tratam das políticas habitacionais. O projeto de doutoramento dá continuidade a essa escolha, e prioriza o estudo dessas políticas, a partir do processo de redemocratização do país, nos anos 80

A literatura das Ciências Sociais testemunha a importância e a necessidade de debates que tratam das implicações da descentralização das políticas habitacionais e de seu modo de expressão em nível regional e/ou local. Uma das metas prioritárias deste trabalho é verificar, nessa literatura, que reflexões norteiam esses estudos sobre a descentralização e quais as referências que utilizam para tratar do redimensionamento da política habitacional no Brasil e sua expressão nas experiências regionais e locais, no que diz respeito à participação popular na condução dos programas habitacionais.

De uma maneira geral, a abordagem da questão descentralização tem lugar no contexto de redemocratização do país. As categorias democracia, cidadania e direitos sociais vêm sendo

temas recorrentes que perpassam grande parte da literatura. Nesses termos todas as implicações sócio-políticas desse processo vêm sendo analisadas, e a questão da habitação não pode ser entendida fora dessa referência.

O objetivo deste artigo é explicar como vem sendo elaborada a metodologia, que procura situar nesse debate o enfoque central desta reflexão, cuja prioridade é compreender no processo de descentralização, os níveis de participação popular, ou seja, de modo que os postulantes à casa própria se constituem enquanto sujeitos sociais, na articulação de suas práticas políticas cotidianas, e nos processos de execução dos programas habitacionais, que vêm sendo constituídos em nível municipal. Para melhor elucidação desta questão, o estudo de uma experiência local, o Projeto Chico Mendes, ajuda a compreender as dimensões da democratização implicadas nessa descentralização.

QUESTÕES DE ORDEM METODOLÓGICA

Para tratar da discussão em torno do processo de descentralização, a elaboração metodológica e construção da problematização contida na investigação, requer em alguns procedimentos importantes.

É preciso discernir no debate acadêmico das Ciências Sociais e na experiência concreta em estudo, os processos determinantes das reflexões sobre a descentralização. Construir, a partir da problematização proposta e delineada no objetivo do projeto de doutoramento, uma abordagem analítica que contribua com as discussões, e que ajude a pensar a habitação em termos de possibilidade do efetivo avanço da democratização das políticas públicas no contexto atual.

Uma primeira verificação da literatura que trata da questão demonstra que esses sujeitos sociais, postulantes à moradia, estão inseridos no universo de tensões que envolvem a relação dos movi-

mentos sociais, do poder público e de interesses privados, entre os quais o setor financeiro e a especulação imobiliária.

O cuidado, nesta discussão, é de não reduzir o foco de tensão, no limite da questão habitacional. O déficit habitacional existente, e os consequentes conflitos inerentes às gestões dos programas habitacionais, estão inscritos no universo das demandas sociais, entre as quais saúde e educação, por exemplo, que são administradas a partir das Políticas Públicas, que são projetadas nas esferas governamentais. Essas políticas estão inseridas no modelo de desenvolvimento econômico que vem determinando o lugar dos conflitos referentes à essas demandas. É nesse contexto que devem ser compreendidos os níveis de tensão no setor habitacional.

Discutir a descentralização das políticas habitacionais, no contexto geral, requer alguns procedimentos de ordem teórica. Para isso é preciso recorrer ao debate acadêmico contemporâneo das Ciências Sociais, notadamente as discussões que tratam das questões do social e do conceito de sujeito, que são demarcados pelo que se entende por democracia, cultura, cidadania, direitos sociais, o público e o privado.

É possível verificar, nesse debate, que vem sendo construída uma linha de abordagem que está orientando nossa reflexão, e que vem questionando os modelos teóricos clássicos que determinam os lugares do social (Telles, 1992, 1994, 1996. Paoli .M. C., Sader, Telles V.S, 1984) nos limites de determinadas racionalidades. Esse referencial teórico, que vem marcando as discussões das Ciências Sociais no Brasil desde a década de 70, questiona os paradigmas clássicos, aqueles que sustentam a ideologia liberal e sua versão neoliberal, assim como os modelos que marcaram a crítica no Brasil nas décadas de 50 e 60, principalmente a discussão decorrente da reflexão marxista.

A abordagem orientadora de nossa reflexão considera que, o modelo que dá sustentação às democracias liberais, cujo conteúdo que estabelece sua cultura de justiça e moral, apesar de sustentar

princípios referentes à equidade, na prática, enquadra o social no reconhecimento legítimo das relações de dominação, cujo produto são as desigualdades e a exclusão. Nesse sentido, pobreza, exclusão e demandas sociais são qualificados como problemas inerentes as sociedades liberais. O social deve ser tratado no limite da dinâmica do mercado e/ ou através das chamadas políticas sociais.

A crítica que se faz à produção clássica, considerando boa parte da produção intelectual brasileira das décadas de 50 e 70, está no universo das teorias que procuram estabelecer os conceitos do social e do sujeito, com referência a racionalidades funcionais e estruturalistas de sociedade, que praticamente eliminam pensar tais conceitos a partir de uma imprevisibilidade que pode ser encontrada nas práticas sociais do cotidiano e da cultura. Isto quer dizer que social e sujeito, e toda as outras categorias correlatas, como cidadania e direitos sociais, estão no limite dos paradigmas préestabelecidos, os quais já determinam o lugar de cada conceito e da tensão social (Garcia.E.S. 1995 Lopes 1987).

Referências importantes, que também estão colocadas no debate acadêmico e não podem ser desconsideradas, e que também apontam novos referenciais para pensar o conceito de social e de sujeito, encontram-se na perspectiva teórica que, além de não limitar os conceitos aos referenciais citados e problematizados acima, procura defini-los no campo da complexidade. Neste modelo de interpretação, tanto o conceito de social como o de sujeito, são constituídos a partir de múltiplas determinações, que estropolam o universo da cultura. Nesses termos tal abordagem propõe um diálogo (conceituado como dialogia) com outras referências de conhecimento, nas ciências e fora delas, como, por exemplo, a religião e a metafísica (Morin 1986. Deleuse e Guatari 1995).

Não podemos deixar de citar, também com referência ao modelo liberal clássico podemos considerar Marschal.(1967), um dos seus mais expressivos representantes, por ter sido o primeiro a produzir uma teoria sobre política social. As teorias liberais delimitam

os lugares do social e a cidadania é conceituada nos termos da lógica do mercado. O próprio mercado regula, incorporando os competentes e excluindo os incompetentes. Nesse modelo o Estado, não se constitui enquanto instituição que deva intervir nas questões que dizem respeito ao social, a não ser em casos muito particulares.

A versão contemporânea desse modelo, o Neoliberalismo, não eliminou sua referência histórica; o mercado continua sendo o fio condutor no trato de questões sociais, e vem ganhando, no Brasil, uma expressão singular (Telles, 1996).

Outra experiência histórica importante vem sendo a do *welfare state* - Estado do Bem Estar Social. São as experiências que vêm marcando o lugar do social nas economias capitalistas avançadas (Anderson, 1995. Fleury, 1994. Wallerstein, 1984). Em decorrência das crises do capitalismo (guerras mundiais, crise de 1929) e da incapacidade do mercado de intervir na organização dos rumos da economia desses países, absorvendo todas suas demandas sociais, o Estado, a partir dos anos 30, assume a condução da reorganização das políticas econômicas e sociais. O fator diferencial desse modelo, em relação às experiências latino americanas, encontra-se na dimensão da sociedade civil. No caso europeu, na maioria das nações, a reorganização do universo dos direitos sociais teve participação efetiva da sociedade civil (Restrepo, 1990).

No Brasil, estudos indicam que o mercado também delimitou o lugar do social, porém, a experiência histórica brasileira caracteriza-se por intervenções autoritárias e centralizadoras, reprimindo quase sempre o envolvimento da sociedade civil. Santos (1986) indica que a cultura política desse modelo compôs, no pós 30, princípios morais de justiça que determinaram o lugar da cidadania ao estabelecer o que seriam os direitos e deveres de cada cidadão, com pouca interferência da sociedade civil. É o que se pode dizer a respeito daquilo que estava implícito na prática política que marcou a transição de 30 no Brasil na determinação da cidadania.

Sugiro que o conceito chave para permitir entender a política econômica social pós 30, assim como fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade, é o conceito de cidadania, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como de cidadania regulada. Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não num código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação social, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (SANTOS, 1986 pg.75)

Esta cultura foi reproduzida e aprimorada no período do regime militar (1964-1984) e continuou sendo referência na reorganização do Estado na fase redemocratização do país (anos 80), na determinação do lugar da cidadania e na constituição da esfera pública, e ainda se constitui como referencial na determinação do social no momento contemporâneo. (Lenharo, 1986. Wanderley, 1996. Covre, 1983).

A abordagem que vem orientando nossa reflexão, questiona a racionalidade dos modelos expostos e problematizados acima, e parte do princípio de que é possível construir um novo referencial de reflexão não previsto nos modelos culturais de justiça das teorias clássicas mesmo naquelas reflexões teóricas que tradicionalmente se constituíram no campo da crítica à sociedade capitalista, é o caso de boa parte das reflexões encontradas na literatura marxista, que delimitam o social e a intervenção do sujeito no campo da lutas de classes. Entretanto, nessa tradição teórica, existem reflexões que apesar seguir essa tendência, pode-se encontrar na discussão marxista contemporânea rica literatura sobre políticas públicas, poder local e descentralização. (Castells, 1974. Lojkin, 1981).

A base de sustentação desta nossa abordagem e orientadora da reflexão que propomos vem da própria dinâmica das lutas sociais, que são articulada em outros níveis de tensões e que entram em contradição com os modelos paradigmáticos clássicos. Podemos dizer que os Novos Movimentos Sociais e as lutas que tratam das questões das minorias (como os movimentos feministas, de homossexuais, relações de gênero, ambientalistas e ongs) estão indicando o lugar da reflexão (Daginino, 1994.)

O propósito imediato deste artigo não é, e nem poderia ser, aprofundar essa discussão buscando um consenso apaziguador. Considerando que a própria literatura que orienta o pressuposto teórico de nossa reflexão vem sendo estudada e problematizada, é preciso entender que a discussão sobre o processo de descentralização das políticas habitacionais não pode estar deslocada em relação a esta reflexão. Assim sendo, consideramos que é nesse processo dinâmico que vem se constituindo os sujeitos, no universo dos novos movimentos sociais.

O LUGAR DA DESCENTRALIZAÇÃO NA DISCUSSÃO TEÓRICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A complexa tensão em que tem lugar o processo de descentralização já vem sendo estudada desde a criação do BNH, em 1964, e existe uma vasta bibliografia que identifica sua origem. Esses estudos revelam que, com a instauração do regime militar, as políticas sociais em geral se caracterizaram por serem executadas através de forte controle autoritário e centralizador, exercido pelo governo federal (Valladares 1980, Vêras. M.P.B, Bondoki N.G. 1986)

Não se trata, aqui, de retomar todo o processo histórico e as implicações sócio-políticas que identificaram os modelos de políticas habitacionais implantados, e os consequentes conflitos decorrentes dos mesmos, uma vez que uma extensa e reconhecida literatura sobre o assunto está a disposição de todos, no entanto, é importante apontar alguns aspectos da produção acadêmica das Ciências So-

ciais, que passa por vários níveis de abstração. Os estudos analisam os aspectos vinculados ao processo de redemocratização do país, apontam os rumos futuros das políticas sociais em geral e, via de regra, no caso da habitação, procuram sugerir, a partir de uma racionalidade acadêmica e tecnicista, os rumos da nova política habitacional (Draibe 1987).

As questões que se colocam em boa parte da literatura das Ciências Sociais, que trata do processo da descentralização, caminham no sentido de tentar compreender quais são as diretrizes gerais que vêm orientando a definição de uma nova política habitacional. Os estudos procuram de uma maneira geral, descrever os aspectos referentes à crise político, econômica e institucional do período da transição democrática, nos anos 80, que provocou a extinção do Banco Nacional de Habitação, em 1986, (Arretche 1995, Draibe, 1987). Esses estudos são referências importantes, porque conseguem apontar o nível de tensão que vem acompanhando o processo.

Com a extinção do BNH, houve várias tentativas de estabelecer um novo modelo de política habitacional em nível federal. A proposta mais significativa se deu na Nova República, nos 80. Foi constituído um grupo de trabalho, por decreto presidencial em agosto de 1995. O grupo tinha a finalidade de elaborar uma reformulação abrangente na política habitacional.

Os trabalhos foram concluídos em janeiro de 1996. O relatório final foi encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Urbano. As reformas propostas pelo Grupo de Trabalho compreendiam medidas de descentralização, entre as quais medidas que propunham mudar radicalmente a natureza dos recursos mobilizados na política habitacional. Os investimentos nos programas de conteúdo social não poderiam obedecer à lógica da equação financeira, que era a essência do BNH, exigindo subsídios de origem fiscal (Arretche, 1996). Entre as reformas propostas pelo grupo estava também a ruptura com o conceito único de casa nova e própria. De acordo com nova concepção, tratava-se de garantir o acesso à moradia, quer fosse

própria, de aluguel, em comodato por leasing, bem com a simples melhoria física da moradia ocupada. (Aretche, 1996). Os recursos deveriam também atender programas de urbanização simplificada de favelas ou aglomerados semelhantes. Previam também participação dos interessados, envolvendo regularização da propriedade, financiamento para a melhoria da qualidade da moradia e introdução de serviços básicos de saneamento. Finalmente, a habitação só poderia ser tratada como parte da questão urbana (Aretche, 1996).

Com a extinção do BNH, em 1986, e com a transferência de suas atribuições para a Caixa Econômica Federal, o Governo Federal arquivou a proposta do Grupo de Trabalho uma vez que se tornou impossível a aplicação desse modelo, o sistema entrou em crise. A única novidade veio com a Constituição de 1989, que por sua vez, não define com clareza o que seriam as políticas de desenvolvimento urbano. Enquanto o artigo 21, inciso XX, diz que compete à União "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos," o artigo 23, inciso IX, diz que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições de saneamento básico. Ou seja, a implementação de programas é de competência de qualquer um dos níveis de governo da Federação, ainda que submetidos a diretrizes gerais da união.

Os estudos indicam que o modelo anteriormente existente não foi redesenhado. O que se tem de novo, e que fica a critério de todas as esferas federativas é a autonomia para formular e implementar programas habitacionais. Entretanto, o Sistema Financeiro Habitacional não foi alterado e a Caixa Econômica Federal continua sendo o principal órgão financiador de programas habitacionais. té hoje.

A descentralização vem se dando no universo das tensões que podem ser localizadas em várias esferas de decisões: federal estadual e municipal. É nesse cenário nebuloso, caracterizado pela ausência de uma definição mais clara em nível federal, que podemos

buscar a reflexão das Ciências Sociais no entendimento dos conflitos inerentes a essa realidade.

Nos termos deste referencial, o que mais importa para a reflexão é localizar os níveis de tensão seja nos momentos das execuções das políticas, seja no modos como os conflitos estão sendo absorvidos pela teoria.

Outra referência importante para a reflexão, encontra-se nos textos que analisam as experiências locais de políticas habitacionais com características personalizadas (Bonduki, 1997).

A questão do local passa também por discussões teóricas importantes. Existe uma complexa discussão na literatura das Ciências Sociais que também passa pelos níveis de reflexão que este artigo vem indicando. O importante a ser destacado neste momento, é que, a partir dos estudos sobre o poder local podemos encontrar uma das dimensões para pensar a descentralização das políticas habitacionais. Praticamente boa parte das reflexões sobre poder local, partem de estudos sobre experiências concretas e procuram não restringi-las ao local fora das questões mais gerais que envolvem a sociedade como um todo (Castro, 1988, Bava, 1996. Nunes, 1996.). Esses modelos contribuem para o estudo de caso da experiência do projeto Chico Mendes, e nos remetem a uma outra abordagem de discussão: a que diz respeito ao Poder Local. É nesse universo teórico que estamos encontrando as reflexões mais importantes sobre a descentralização.

As referências indicadas acima, entre outras, se inserem-se numa discussão maior, a qual orienta os estudos como um todo. Pretende-se localizar nessa produção teórica, a qualidade das novos projetos habitacionais nos termos em que são constituídos, levando em conta os níveis de participação popular.

A partir da análise das práticas sociais concretas que envolvem poder público e sociedade civil, acompanhada de cuidadosa leitura da produção acadêmica existente, pode-se chegar às condições em que vem se dando a descentralização. Mesmo quando a bibliografia existente atende algumas indagações apontadas por este

artigo, definindo condições de cidadania na produção de políticas habitacionais, por exemplo, grande parte da bibliografia, no entanto, não aborda especificamente a questão da constituição dos sujeitos sociais.

Acompanhando esta bibliografia mais específica, estão sendo abordados também estudos que tratam dos chamados novos movimentos sociais. Os movimentos sociais que se organizam pelo direito à moradia estão inseridos no contexto que vem requalificando e indicando os novos rumos das lutas sociais no Brasil desde 1970 (Dagnino, 1994).

Os conflitos pertinentes que deram origem a esses movimentos, inserem-se no período em que tem início a luta pela redemocratização do país. O mais importante a abstrair desses estudos é que as práticas sociais produzidas por significativas parcelas da população, sobretudo os excluídos, apontam para uma nova reconceituação de cidadania. Assim, não basta o puro e simples atendimento de direitos, no sentido da racionalidade dos referenciais clássicos.

As condições de direito, e mesmo de cidadania, passam a ser construídas a partir da lógica que diz respeito aos aspectos culturais em que estão envolvidos tais agentes sociais. Nesse sentido, a tensão presente na relação poder público e sociedade civil, ganha outra qualidade.

O novo referencial opõe-se aos aspectos constitutivos do direito e da cidadania nos moldes estabelecidos pelo mercado, e mesmo no caso daqueles contemplados pela racionalidade convencional das políticas públicas produzidas pela tecnocracia. As políticas habitacionais e a descentralização devem ser analisadas no universo dessas tensões.

Outro aspecto importante, e que ganha um tratamento especial nos estudos, são análises que o projeto vem trabalhando sobre a produção acadêmica e suas interferências nas políticas que se dão em nível regional, no caso, na região de Campinas. Os

problemas levantados nesta reflexão estabelecem um diálogo com esses trabalhos, e verificam até que ponto os mesmos avançam no sentido da mudança de qualidade, em termos de democratização na produção de políticas habitacionais, conforme o enfoque proposto por este artigo.

Na região de Campinas existem alguns centros de estudos que não se limitam a diagnosticar as políticas públicas em geral. Esses centros também interferem na produção de políticas, na medida em que estabelecem parcerias com prefeituras da região. Podemos citar, entre outros, o L'ABITAT - Laboratório da Faculdade de Arquitetura da PUC Campinas e o Núcleo de Políticas Públicas da UNICAMP, que se enquadram neste perfil.

O PROJETO CHICO MENDES: UMA EXPERIÊNCIA DE DESCENTRALIZAÇÃO

Todos estes procedimentos metodológicos que organizam os pressupostos teóricos e epistemológicos contribuem com a pesquisa que analisa o projeto Chico Mendes. É da perspectiva do estudo deste projeto, que se poderá constatar o envolvimento dos sujeitos sociais nos projetos de políticas habitacionais do município de Cosmópolis. O estudo dessa experiência pode se revelar importante para a reflexão, em nível mais geral sobre o processo de descentralização das políticas habitacionais, nos termos das indagações pertinentes a este artigo.

O Projeto Habitacional Chico Mendes foi elaborado em 1989 na gestão de José Pivato, do Partido dos Trabalhadores e teve como objetivo sanar o déficit habitacional de Cosmópolis. O projeto se dirigia à população favelada, uma parcela de moradores da cidade que não tinha possibilidades de participar de programas habitacionais vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (DOCUMENTOS DA DIRETORIA DE HABITAÇÃO DA PREFEITURA DE COSMÓPOLIS 1996).

A viabilização financeira se deu com a destinação para o projeto de hum por cento da arrecadação da prefeitura local. Integram também os objetivos do projeto: o plano de recuperação das áreas verdes da cidade, consideradas públicas e importantes para o meio ambiente, uma vez que constituem mananciais; a elaboração dos projetos com participação da população diretamente beneficiada; a construção de uma infra estrutura básica e recursos humanos tais como postos de saúde, creches escola e centros comunitários nesses novos bairros.

Outros detalhes importantes e complexos, que não estamos apresentando neste artigo, dizem respeito ao uso do solo, data de recebimento de escritura definitiva, entre outros, que estão sendo analisados na pesquisa.

O projeto efetivou-se com o atendimento de 820 famílias, distribuídas em sete bairros, Parque da Independência, Jardim Chico Mendes, Parque dos Trabalhadores, Jardim das Paineiras, Jardim Santana, Beto Spana e Parque Ester.

A atual fase da pesquisa requer alguns procedimentos metodológicos considerados fundamentais para a caracterização do projeto em questão. A pesquisa vem sendo executada tomando como referência três fontes de informações: 1. Análise documental; 2. Caracterização do projeto com base em informações que estão sendo colhidas em entrevistas, (Os entrevistados são os idealizadores do Projeto Chico Mendes, ligados à gestão da Prefeitura Municipal); 3. pesquisa de campo, através de contato direto com os sujeitos sociais, partes interessadas na aquisição das moradias.

A última fonte apresentada, os sujeitos sociais constitui a referência principal da pesquisa, na medida em que é no envolvimento desses sujeitos sociais que poderemos construir ou não o enfoque que esta tese vem perseguindo, ou seja, são eles que devem estar indicando, a partir de suas práticas uma outra referência para se pensar o conceito de cidadania.

Os procedimentos metodológicos estão sendo orientados nesta fase do trabalho no sentido de buscar, com a maior fidelidade possível, a caracterização dos sujeitos sociais em questão, com base na construção da realidade que os mesmos elaboram e que passam a vivenciar. As entrevistas, os relatos orais, e outras observações, enquadram-se no método de pesquisa qualitativa, e não estão dissociados dos pressupostos teóricos e epistemológicos que orientam esta reflexão (Thiollent, 1982. Queirós 1983)

As experiências históricas e sócio culturais desses sujeitos, individuais e coletivos, devem ser identificadas no universo dos conflitos e na complexa organização do espaço urbano, que não é só local, mas que diz respeito à região de Campinas. Os níveis de tensão devem ser compreendidos no bojo das relações pertinentes ao projeto Chico Mendes, que poderá revelar até que ponto nesse caso a descentralização avança no sentido de considerar esses sujeitos e o saber constituído a partir de suas experiências sócio culturais, como participantes do projeto em questão.

A reflexão da discussão contemporânea das Ciências Sociais e o estudo de uma experiência local contribuem com o debate que vem apontando mudanças na cultura política da sociedade civil brasileira. Os novos movimentos sociais e outras práticas sociais contemporâneas podem estar apontando ou não mudanças de qualidade, no que diz respeito às condições de cidadania, democracia, e organização do espaço público.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON P. Balanço do Neoliberalismo. (Org) SADER E. e GENTILE P. In **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.
- AUGUSTO.J.F. Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas de Saúde: Algumas questões para reflexões e debate. In **Tempo**

- Social, Revista de Sociologia da USP.** Volume 1 n.2 2. Semestre. São Paulo 1989.
- ARRETCHE. M. T. S. C. Desarticulação do BNH e Autonomização da Política Habitacional. In AFFONSO R.B. SILVA. P.L.B. (Org.) **Federalismo no Brasil, Descentralização e Políticas Sociais.** São Paulo Fundap, 1996. .
- BAVA.S. C. Democracia e Poder Local. In **Pólis: participação popular nos governos locais.** (Org) BOAS V. São Paulo. Revista Polis, n.14, . 1994.
- BONDUKI. N. **As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras,** São Paulo. Studio Nobel. 1997.t
- CASTRO. M. H. G. Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: In Um balanço bibliográfico. Rio de Janeiro **BIB**, 1988.
- COVRE M. L. M. **A Fala dos Homens, análise do pensamento tecnocrático.** São Paulo. Ed. Brasiliense. 1983.
- DAGNINO. E. Os Novos Movimentos Sociais e a Emergência de uma nova noção de Cidadania. In **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil.** (Org.) DAGNINO E. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1994.
- DELEUZE. G. e GUATTARI. F. O que é um conceito. In **O QUE É A FILOSOFIA?** Coleção Trans .São Paulo. Editora 34. 1995.
- DRAIBE S., M. Há tendências e tendências: com que Estado de Bem Estar haveremos de conviver neste fim de século. Trabalho apresentado no Seminário Brasil Século XXI. Unicamp. Campinas Abril 1989.
- FLEURY. S. A Natureza do Estado Capitalista e das políticas públicas. In **Estado sem Cidadãos -seguridade social na América Latina.** Rio de janeiro. Fiocruz. 1994.
- GARCIA. S.G. Cultura Dominação e Sujeitos Sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP.** São Paulo. .Vol 5 N. 1/2. 1994

- LEMOS. P.R. **Controle de Estado e Cooperativas Habitacionais. Estudo de Caso: Cooperativa Habitacional de Nova Veneza, Sumaré SP.** Campinas. Tese de Mestrado. Unicamp. 1994.
- LOPES. D. A. **Trabalhador sem teto e habitação provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana.** São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) USP 1997.
- MARSHALL. T. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro. Zahar. 1967.
- MORIN E. A Noção do Sujeito. In **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade.**(Org.) SCHNITMAN. D. F. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas. 1996.
- NUNES. E. Poder Local, Descentralização e Democratização: um encontro difícil. In **O Novo Município, economia e política local.** Vol. 10 n.3. São Paulo. Revista da Fundação Seade.1996.
- QUEIRÓS. M. I. Variações sobre a técnica do gravador no registro de informação viva. **Cadernos SERU São Paulo.** Coleção de textos 14. 1983.
- RESTREPO. L. A A Relação entre a Sociedade Civil e o Estado, elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. **INTempo Social, Revista de Sociologia USP.** São Paulo.1990.
- SANTOS.W.G. **Cidadania e Justiça, a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1979.
- TELLES V.S. Questão Social: afinal do que se trata? In **Reformas Políticas e do Estado** São Paulo em Prrspectiva Vol 10 n.4. Revista Fundação Seade 1996.
- TELLES. V.S. Sociedade Civil e a construção dos espaços públicos. In **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil.** (ORG. DAGNINO) . São Paulo Brasiliense. 1994.

- VÉRAS M. P. B., BONDUKI N. G. Políticas Habitacionais e a luta pelo direito à moradia. In **A cidadania que não temos.** (ORG). COVRE. M. L. M. . São Paulo, Ed. Brasiliense. 1986.
- WALLERSTEIN. I. **Tipologia das crises no sistema mundial.** Univ. Das Nações Unidas . 1984.
- WANDERLEY. L. E. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. In **Reformas Políticas e do Estado**, São Paulo em Perspectiva. Vol19 n 4. São Paulo. Revista da Fundação Seade. 1996.

ÉTICA, DO HABITAR E TRABALHADORES SEM TETO: desafio metodológico

Doraci Alves LOPES*

RESUMO

O objetivo da discussão é explicitar a metodologia de pesquisa elaborada para interpretar a cultura e ética do habitar de trabalhadores sem teto, em conflito permanente com a dinâmica da habitação provisória, especialmente dramática em países como o Brasil, porém, historicamente silenciadas. Trata de sintetizar uma construção de análise que não pode recorrer a um saber acadêmico consagrado das ciências sociais, que relacione o tema da habitação com cultura e ética do habitar.

Palavras chaves: trabalhadores sem teto; modo de vida; habitação provisória; poder; cultura; casa; ética do habitar.

ABSTRACT

The main objective of the present discussion is to point out a research methodology in order to focus inhabit culture and ethics of homeless workers. These inhabit culture and ethics are in a constant struggle with the dominant inhabit policy, which agravatte even more a temporary way of life that is specially

(*) Doutora em Sociologia pela USP/1997, Professora do Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

dramatic in countries like Brazil where these demands stay out of the public agenda. The purpose is to sum up some main issues on these analysis which aggregates thêmes like inhabit, inhabit culture and ethics, that is a research field still lacking attention from Social Sciences.

Keywords: homeless workers; way of life; temporary inhabit; power; culture; house; inhabit ethics.

1. INTRODUÇÃO

Uma das principais motivações para a realização da pesquisa que resultou na tese de doutorado *Trabalhadores Sem Teto e Habitação Provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana* (Lopes, 1997a), foi desenvolver uma interpretação que privilegiasse uma leitura cultural desta realidade social.

Depois de ter empreendido uma análise histórico-política do movimento social dos favelados da Assembléia do Povo, em Campinas, no período 1979-1986 (Lopes, 1988; 1997b) foi possível perceber outros caminhos de continuidade da pesquisa e certos problemas relacionados à habitação, que ainda não estavam incorporados à discussão acadêmica.

O objetivo deste artigo é explicitar alguns desafios e descobertas nessa trajetória intelectual, discutindo, em linhas gerais, a elaboração metodológica da pesquisa do doutoramento, que visou analisar a existência de uma determinada cultura e ética do habitar - dos trabalhadores sem teto -, em conflito permanente com a dinâmica política e econômica da habitação provisória, especialmente dramática em países como o Brasil.

Advertimos não ser possível desenvolver, a contento, a articulação entre os conceitos no espaço deste artigo; por isto, nossa exposição se restringirá a uma síntese dos principais procedimentos teórico-metodológicos do doutoramento.

Ao lidar com uma ampla e representativa bibliografia das ciências sociais, foi possível constatar, entre outras questões, uma

lacuna importante nos estudos que relacionam casa e cultura, casa e subjetividade. Em outras palavras, pensar a casa como um universo de símbolos e valores de uma ética do habitar individual e social, estreitamente imbricadas nas dimensões políticas, econômicas e sociais, estas últimas mais reconhecidas pelas investigações acadêmicas sobre ocorrências de ocupações urbanas, por trabalhadores sem teto.

Um dos primeiros obstáculos foi o de construir uma reflexão na perspectiva de análise pretendida, sem poder recorrer a um debate acadêmico consagrado sobre cultura e ética do habitar ou a respeito das relações entre casa e subjetividade na bibliografia mais representativa em habitação. Isto se deve a algumas características da história das ciências sociais no Brasil, que influem também nos estudos deste tema tão amplo.

A partir do final da década de 70, período conhecido como de emergência de 'novos movimentos sociais' a conjuntura das lutas pela redemocratização do país, influencia significativamente o rumo das reflexões teórico-metodológicas das ciências sociais (Paoli *et al.*, 1984; Bruni, 1988; Sader, 1988).

Foi possível aos estudiosos reconhecer que os novos movimentos sociais eram fenômenos inéditos, porque seus participantes tornaram-se sujeitos sociais, construíram no cotidiano certas práticas políticas e culturais de mudança, de resistência contra a dominação e lutaram para ampliar os espaços existentes de participação política coletiva.

Estes movimentos propiciaram a intensificação do debate contra a tendência de interpretações estruturalistas que subordinam a realidade e os grupos sociais afetados pelos mais diversos problemas e contradições sociais, unicamente à lógica explicativa das determinações da economia, da industrialização, ou das políticas do Estado, para citar algumas delas. São análises que deixam de levar em conta os sujeitos sociais concretos, a visão de mundo e as experiências cotidianas que estabelecem com as macro determinações sociais da sociedade.

A significativa bibliografia existente sobre o assunto e a continuidade da discussão teórica comprovam a importância histórica destes acontecimentos políticos e sociais e sua influência para as ciências sociais. (Dagnino, 1994; Doimo, 1995; Telles, 1996; Wanderley, 1996).

Muitos autores concordam que aquele período de surgimento de novos movimentos sociais, criou mais uma consciência em relação às possibilidades de existência de novos direitos sociais frente ao Estado, e não conquistas democráticas efetivas para o conjunto das classes trabalhadoras, devido à tradição conservadora da cultura política do país.

A diminuição da sua presença na cena política, nos últimos anos, e um desencanto de certos setores quanto a seu impacto transformador mostram, a nosso juízo, exatamente que esta realidade não encontra amparo na legislação, extrapola a representativa liberal, demonstra que os condutos políticos e basicamente os partidos não conseguem canalizar sua força para projetos mais globais, e está exigindo dos estudiosos um esforço adicional de explicação dos fenômeno. (Wanderley, 1996:101)

Apesar da permanência de sérios obstáculos ao acesso a uma cidadania menos formal, é inegável o desenvolvimento de um conjunto de conquistas políticas e sociais populares que emergiram como marco e referência no universo das questões que envolvem uma gestão pública mais participativa e, portanto, mais democrática. (Bonduki, 1997; Fischer, 1997). Estas conquistas são objeto de reflexão contínua, e continuam estimulando campos de investigação em temas como poder local, reforma urbana, direitos de cidadania, mecanismos jurídicos-institucionais de participação. São inúmeros os periódicos de debates, em busca de formulação de novos paradigmas para a abordagem dos temas mencionados.¹

Porém, para efeito de nossos objetivos de análise, foi preciso levar em conta questões sociais de setores cada vez mais

amplas das classes trabalhadoras urbanas, que estão no limiar da exclusão social, entre a pobreza e a miséria absoluta, vivendo um modo de vida provisório, com trabalho e moradia incertos (Telles, 1992, 1993).

Diante do desafio, de negação sistemática à cidadania, foi fundamental definir conceitualmente o trabalhador sem teto como indivíduo e como integrante das classes trabalhadoras urbanas, sujeitos sociais subordinados a uma situação de exclusão social, mas em luta cotidiana pelo direito ao trabalho e à moradia, nas ocupações urbanas de Campinas e região.

É preciso sublinhar que a elaboração do referencial teórico-conceitual foi influenciada por vários autores, não necessariamente comungando os mesmos princípios de análise e correntes de pensamento. A articulação da discussão em seu conjunto motivou diretamente a organização da prática da pesquisa e a divisão de capítulos, cujos objetivos sintetizaremos a seguir.

No primeiro capítulo definimos a articulação entre conceitos centrais, como sujeitos sociais, modernidade, casa, cultura, ética do habitar, subjetividade e os mais diretamente relacionados a habitação e modo de vida provisório, assim como discutimos a metodologia da pesquisa. Entre os autores estudados podemos mencionar Bachelard, 1988; Frayse-Pereira, 1993; Figueiredo, 1995 e Paiva, 1997. Retomaremos esta discussão sobre o referencial teórico-metodológico mais adiante.

No segundo capítulo, interpretamos a breve existência da ocupação urbana da Vila Lídia (1994), em Campinas (SP), como um espaço de luta pela instituição de sujeitos sociais. Tratamos, por exemplo, da decisão e do segredo envolvido na preparação do ato de ocupar dentro do grupo familiar e coletivamente, dos primeiros dias na ocupação, dos grupos sociais vizinhos, da tensão física e moral vivida, da insegurança da espera no local do acampamento improvisado:

A análise das entrevistas com os trabalhadores sem teto nesta ocupação foram revelando, desde o primeiro capítulo, uma multiplicidade de aspectos do que estamos denominando cultura e ética do habitar, contida na busca incessante pelo direito à habitação.

No terceiro capítulo, problematizamos os despejos nas histórias-de-vida dos trabalhadores sem teto e como definem tais acontecimentos em suas vidas, uma vez que emergiram diferentes maneiras de se referirem aos despejos, para além da conhecida forma legal. Estas vivências desalojadoras se traduzem em relatos sobre despejos individuais/familiares, ou despejos coletivos, como no caso das reintegrações de posse expedidas pela justiça.

No quarto e último capítulo procuramos explicitar alguns símbolos de casa e fragmentos de devaneios do habitar (Bachelard, 1988), o imaginário do 'sonho' da casa própria dos ocupantes da Vila Lúcia. Nossa intenção foi desvendar o que falta para os trabalhadores sem teto se considerarem cidadãos da perspectiva da necessidade concreta de um teto para habitar a cidade/sociedade em que vivem, indissociável ainda do direito de habitar em si mesmos, do direito ao teto como abrigo de subjetividades dos sujeitos sociais.

O objetivo foi revelar como expressam o que não está sendo tematizado pelo conhecimento científico e pelos discursos políticos: o direito à cultura do habitar, impossível de se realizar no espaço de uma ocupação urbana e em outras formas precárias de moradia. Trata-se de uma forma de violência social que permanece invisível no espaço público, pelo modo de vida provisório.

Em suma, a tentativa da pesquisa foi demonstrar como tentam resistir à insegurança através de prática sociais coativas na ocupação urbana, revelando uma lógica de entendimento da cidade e da sociedade quase sempre distante da racionalidade dos discursos oficiais, ou mesmo da lógica de algumas teorias sociais.

2. DISCUSSÃO METODOLÓGICA

A opção de metodologia de pesquisa parece uma decisão simples, porém implica em uma questão teórica e metodológica essencial, por estar intimamente relacionada ao debate das ciências sociais que diferencia o paradigma institucional daquele que pressupõe a análise da vivência cultural dos sujeitos sociais, do modo de vida e suas relações de poder cotidianas, como parte inquestionável do estudo da sociedade (Montes, 1983; Lobo, 1992).

Em outras palavras, significou evitar interpretar o 'objeto' de estudo - os trabalhadores sem teto vivendo em ocupações urbanas - apenas como resultado inevitável das macro determinações sociais, econômicas, políticas ou mesmo culturais.

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características 'estruturais', só que este procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado. ... O único problema consiste em que desaparecem, nesse processo, as características singulares que mais chamam a atenção se nos debruçarmos para examinar o fenômeno em sua originalidade. (Sader, 1988: 38,39)

Houve um esforço, ainda, em não tomar o conhecimento do senso comum dos trabalhadores sem teto entrevistados apenas como ponto de partida da investigação social, para em seguida traduzi-lo em procedimentos teóricos a serem aplicados em qualquer tempo e espaço social. Consideramos o conhecimento do senso comum como parte essencial do paradigma que pretende estudar a sociedade levando-se em conta a cultura dos grupos e setores de classes pesquisados, bem como reconhecê-los em redes de poder e sociabilidades cotidianas, que constróem especificidades de resistências contra os processos de dominação a que estão submetidos.

Garcia (1994) entende a cultura como campo de práticas sociais, e não como mera reprodução da ordem social instituída, discute de maneira clara o descompasso que pode haver entre algumas teorias sociais e a experiência de vida dos trabalhadores urbanos. Neste caso, refere-se à discussão das ciências sociais a respeito dos processos de migrações do campo para a cidade e suas implicações nas questões de participação política.

Na recuperação analítica da criatividade da ação humana ... encontramos modos do pensamento contemporâneo reagir a certa configuração da teoria nas ciências humanas e sociais que praticamente retirou do horizonte da análise o homem como agente histórico. ... O traço essencial a destacar em sua análise refere-se a uma inversão de diagnóstico quanto ao problema da falta de participação dos trabalhadores urbanos em organizações políticas. A partir da perspectiva dos sujeitos da experiência, Durham nega a inadequação dos padrões culturais dos migrantes para a vida conforme a organização social moderna. Segundo a autora, inadequada é a ordem institucional através da qual se implanta a modernização no Brasil Na ótica da modernidade, a conduta dos setores populares é inadequada à sociabilidade urbana. Do ponto de vista das condições de vida dos setores populares, as instituições urbanas são inadequadas à organização e expressão de suas experiências de vida (Garcia, 1994:165-166).

O problema, portanto, está em evitar interpretar os sujeitos sociais a partir de uma visão de mundo exterior à sua cultura, ao seu modo de vida. A situação de assujeitamento, de insegurança social, como é o caso dos trabalhadores sem teto, não impede a existência de projetos de conquista de cidadania, nem o desejo de viver de acordo com uma ética e moral coerentes com seu universo cultural e simbólico, que dá sentido à sua existência social.

Porém, é preciso cuidado com as falas dos sujeitos entrevistados; elas são sedutoras, segundo Rita Paiva, mas são insuficientes para elucidar *as palavras e razões dos indivíduos*, é preciso que a perspectiva teórica do sujeito investigador seja explicitada, esteja

presente, porque *o ponto de vista cria o objeto* (grifos nossos). (Paiva, 1997: 194,195)

Como nosso objetivo principal foi construir uma análise sobre as relações entre casa e cultura, e na falta deste campo de debate nas ciências sociais, necessitamos refletir e definir estas e outras questões, como modernidade, sujeito, subjetividade, ética do habitar (primeiro capítulo), com uma bibliografia pertinente, mas com interesses diferentes do nosso objeto de estudo específico.

Bachelard foi um dos autores escolhidos porque pensa a intimidade do homem no espaço da casa no sentido simbólico, imaginário e subjetivo. Através da pesquisa de imagens poéticas - documentos poéticos -, criados pela literatura, poesia, pintura, privilegia sobretudo o estudo do espaço da casa associado a imagens da natureza. Acredita que, desta maneira intensifica os *valores da realidade* dos espaços íntimos de casa, quer dizer, valoriza os espaços vividos de casa representada na arte como conchas, ninhos, cabanas, castelos, cantos, entre outras imagens exaustivamente trabalhadas. (Bachelard, 1988)

A partir da filosofia fenomenológica, fundamenta a análise entre casa, intimidade e subjetividade, o que nos permitiu indagar a respeito de problemas como a extensão da expropriação dos conteúdos simbólicos e imaginários realizada pela cultura habitacional moderna.

Para o filósofo a casa é *permanência*, não fixação espacial ou temporal, mas valor ético, estimula a imaginação do homem, provoca evocações e devaneios em quem habita, sem serem definitivos quanto às imagens que o indivíduo pode criar, desejar na intimidade. (Bachelard, 1988:19)

Num determinado momento, o autor propõe que, à sua *leitura cósmica*, os psicólogos deveriam acrescentar uma *leitura social* em relação ao seu estudo de imagens de espaços íntimos (Bachelard, 1988: 63). Na verdade, nosso estudo resulta da decisão de

correr este risco da perspectiva sociológica, dialogando com outros campos de conhecimento que nos aproxima da relação existencial entre casa e sujeito, casa e cultura.

... pretendemos mostrar que a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nesta integração, o princípio de ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes ... Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. ... É preciso estudar constantemente como, por meio da casa, a terna matéria da intimidade recupera sua forma, a forma que tinha quando encerrava um calor primordial. (Bachelard, 1988: 26, 61-64)

Outros autores discutem a ética e o habitar, como pudemos descobrir em Figueiredo (1995), que relaciona Heidegger e Foucault. Em determinado ponto de seu artigo, indaga da perspectiva das pesquisas genealógicas, as infinitas possibilidades de relações *consigo* que se desenvolveram desde a antiguidade até nossos dias.

... haverá, para além destas variações e sem se opor a elas uma figura que metaforize a dimensão ética da existência em toda a sua complexidade e eficácia? Recorrendo aqui explicitamente a Heidegger proponho a casa, a morada, o habitar. Já no plano etimológico, "ethos" se refere tanto aos costumes como à morada, o habitar. Na verdade, hábitos e habitações compartilham a mesma raiz. (Figueiredo, 1995: 3,4)

Apesar de Bachelard e Figueiredo se situarem em campos de discussões bastante distintos, é possível perceber importantes pontos de contatos na preocupação em apontar a morada, a casa, como algo fundamental para a constituição de éticas e subjetividades dos indivíduos, com variações infinitas de possibilidades de *ethos*. A existência destas variações dependem do tempo e lugar a serem considerados, inclusive para estudos anteriores à história moderna.

O reconhecimento e familiaridade com o espaço que o homem encontrava na relação e unidade íntima e antiga entre casa-

aldeia, casa-cidade, casa-nação, quer nômades ou permanentes, foram banidas da sociedade industrial, da organização da cidade capitalista, lugar prioritário do mercado, da circulação da mercadoria e da crescente cientificação do real. (Matos, 1982)

A vida pública, portanto, é um complemento fundamental e não o único elemento para uma discussão sobre a dimensão ética do habitar. O processo de individuação e socialização do indivíduo na sociedade moderna, constantemente exigirá uma distinção e auto afirmação que procurará estabelecer nas relações entre casa e cidade, entre espaço íntimo e social, entre interioridade e exterioridade do mundo.

Hillman (1993), por exemplo, questiona as possibilidades de vivências de prazer e intimidade com o espaço público (experiência que define como *alma da cidade*) na sociedade contemporânea; para tanto, procura valorizar um conhecimento e cultura que tornem menos inconsciente a presença da cidade na interioridade do sujeito.

Enfim, esta é parte da discussão e autores que recorreremos para pesquisar o modo de vida provisório dos trabalhadores sem teto, buscando entender como estão impedidos de 'habitar' em si mesmos e em sociedade, de praticar uma determinada cultura ética do habitar, devido à fragmentação de sua existência no cotidiano, expressa pelas reiteradas perdas de casas na cidade e, em toda a sua violência física e simbólica, como nos casos dos despejos individuais e coletivos.

3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Como indicamos anteriormente, o referencial teórico e metodológico foi influenciado inicialmente pelo estudo do movimento social dos favelados de Campinas, que lutaram contra os despejos e, depois, pelo direito social à terra urbana e urbanização de favelas, algumas com trinta anos ou mais de existência, conquistas estas traduzidas inclusive em lei municipal.

A análise dos favelados da Assembléia do Povo (1979/1986), que conquistou um importante espaço público no cenário político municipal e regional na época, foi realizada privilegiando as falas das lideranças das associações de favelas, em geral em situações de reuniões, assembleias, ou através de atas, boletins, panfletos e gravações.

Como nos anos 90, houve um crescimento intenso de ocupações urbanas e a alteração do perfil das migrações em Campinas e região, consideramos importante investigar um grupo de trabalhadores sem teto, em situação recente de ocupação urbana (Vila Lídia/1994) e sem visibilidade pública alguma, muito embora estes tenham tentado, em vão, criar uma situação política coletiva de reconhecimento público de sua luta pelo direito à habitação, como dezenas de outros grupos da cidade e região. Neste estudo, retomamos a questão social da habitação popular em Campinas, mas enfocando uma situação mais agravante de provisoriidade da moradia a ser conhecida e a perspectiva dos discursos a serem apreendidos.

Após decidirmos realizar entrevistas qualitativas, considerando a técnica de história-de-vida como a mais apropriada, marcamos vários encontros com cada trabalhador(a) sem teto, depois de várias visitas ao acampamento. Seguimos, inclusive, sugestões de entrevistar inicialmente os mais reconhecidos como representantes do grupo, mas praticamente sem vínculos com os setores políticos organizados da cidade.

Além da identificação inicial dos ocupantes para as entrevistas, um outro princípio orientou os encontros no espaço da ocupação, sempre fora das barracas de plásticos, baixas e pequenas: conhecer a história das vivências de moradias, lembranças de casas, desde a infância, até chegar na decisão de ocupar um terreno público, na Vila Lídia.

Também fez parte do roteiro das entrevistas o objetivo de obter relatos de devaneios, imagens, fragmentos de planos futuros de

moradia, através do conhecido termo popular 'sonho da casa própria', um recurso de pesquisa que se revelou importante para desvendar outros aspectos da ética do habitar dos trabalhadores sem teto.

Evidentemente, emergiram as trajetórias de trabalho de cada um, quase sempre relacionada a migrações, a acontecimentos familiares (casamento, doença, morte, nascimento de filhos, etc.), acompanhados de relatos sobre desalojamentos constantes de moradias.

Por reconhecermos não só os trabalhadores sem teto da ocupação da Vila Lídia como sujeitos sociais, recorreremos a uma outra técnica de pesquisa. Reproduzimos, sempre que possível, os depoimentos e descrições de situações de outros grupos de trabalhadores sem teto, mais especialmente os casos semelhantes de ocupações urbanas de Campinas e cidades da região.

Este material extraído da imprensa escrita e colecionado durante vários anos, demonstra o quanto a violência do modo de vida provisório na moradia atinge, com regularidade cotidiana e impunidade cada vez maior, amplos setores das classes trabalhadoras urbanas. Demonstra ainda, como estes trabalhadores tentam fazer valer, sem sucesso, seus valores culturais em momentos críticos de resistência contra asações de despejos coletivos nas ocupações urbanas.

Devemos lembrar que as temáticas aqui levantadas, como cultura, trabalho e investigações sobre subjetividade, sofrimento moral, universo simbólico e resistência, são amplamente reconhecidas nas ciências sociais, e abordadas, inclusive, do ponto de vista da saúde do trabalhador (Duarte, 1986).

Consideramos importante apresentar mais algumas idéias para enfatizar a necessidade de maiores debates sociológicos acerca das relações entre casa, cultura, habitação provisória e trabalhadores sem teto.

A maioria dos moradores de ocupações urbanas fica à mercê de despejos arbitrários - a 'reintegração de posse' -, sem poder assumir o financiamento de um lote popular, devido a vários critérios de 'cadastramento', alguns bastante discriminatórios. Quando são

aprovados, grande parte não consegue se manter como mutuário devido a limiaridade entre pobreza e exclusão social.

Inúmeras pesquisas acadêmicas demonstraram que a 'solução' de desfavelamento do Banco Nacional da Habitação (BNH) foi um engodo nacional notório, sem falarmos das constantes denúncias de corrupção no setor. Os favelados não conseguiram se transformar em 'cidadãos', ou seja, proprietários legais de suas moradias. Transferiram seus financiamentos 'populares' e voltaram para as favelas, desacreditando em projetos populares de moradia impostos (Valladares, 1980).

Os movimentos populares efetivamente modificaram muitos projetos públicos, avançando na direção de uma gestão mais democrática das políticas habitacionais. Mas, os problemas sociais, que se acumulam nesta área das políticas públicas, ainda deixam muito a desejar diante da crescente demanda por moradia, agravada pela recessão econômica e a crise de emprego dos últimos anos, além de outros fatores políticos e sociais.

Um dos resultados da nossa pesquisa, de acompanhamento de um grupo de trabalhadores sem teto (Vila Lídia), surgida e transferida no ano de 1994 para o loteamento Vida Nova, apontou a mesma realidade de décadas passadas. Um ano após a mudança, não pudemos retomar nenhuma das entrevistas previstas, uma vez que os ex-ocupantes não foram mais localizados nos lotes financiados pela Prefeitura/Cohab, tendo retornado, provavelmente, para outra situação de moradia provisória.

Os deslocamentos destes nômades urbanos resultam, em grande parte, de despejos individuais/familiares, quase sempre ocultados por vergonha, porque os sem teto acreditam que falharam quanto ao dever de ser um trabalhador 'honesto' e capaz de 'prover' a moradia, seja homem ou mulher o 'chefe' de família. Este tipo de despejo, traduzido pela relação locatário/locador, dificilmente é formalizado, juridicamente, a maioria deles fazem tratos informais com os

proprietários da moradia. O aluguel também é intensamente vivido como habitação provisória.

Este problema social é privatizado, tratado quase sempre como azar do destino da família despejada, por isto exige uma abordagem metodológica específica para entendermos a interpretação dos trabalhadores sem teto sobre estes acontecimentos. Indagado sobre alguma ocorrência de despejo em sua vida pessoal, a resposta, em geral, é negativa. Precisamos saber então se o entrevistado conheceu alguém que foi despejado. O que importa é saber como julga esta 'fatalidade', como constrói argumentos, valores, para expressar o que é moral e imoral, tanto a respeito da relação específica do inquilino com o proprietário, como do significado social e político destas ocorrências em seu cotidiano.

Quando o assunto é sobre o despejo coletivo diminui, mas não desaparece, a resistência em admitir a experiência individualmente, como nos casos de reintegrações de posse da propriedade expedidas pela justiça, contra as ocupações urbanas ou ocupações de prédios ou de casas em projetos habitacionais oficiais. Mesmo quando o entrevistado estiver falando do que entende sobre a vivência de despejo de um 'outro', é importante conhecer sua reflexão enquanto membro de um grupo social que enfrenta várias formas organizadas da habitação provisória.

É necessário ainda indagar se alguma vez se 'sentiram' despejados (despejo informal e maioria dos casos), pois nem sempre o que está em jogo nos depoimentos é a relação locador/locatário, mas relações familiares, de parentesco, ou de amizade.

Os relatos traduzem, muitas vezes, sentimentos profundos, uma vez que os vários tipos de despejos provocam revisões sobre o significado da vida de sujeitos que ficam sem um teto para morar, tanto quanto a experiência de desemprego, situação que também pode estar ocorrendo no momento da entrevista.

Das lembranças de casas desde a infância, e portanto, do modo de vida provisório, foi possível verificar como percebem e constroem uma determinada visão de cidade e sociedade. Em geral, estas lembranças traduzem experiências de rupturas sociais que eles acumularam nos vários tipos de moradias e locais em que tentaram permanecer.

Ao passarem por diferentes e contínuas tentativas de moradia, como o aluguel, a casa ou cômodo emprestado de parentes, os cortiços, as favelas, são vítimas de um sofrimento subjetivo, moral - 'cansaço mental', no dizer de um deles - pouco conhecido e investigado pelas ciências sociais.

Muitos vão literalmente parar na rua, perambulando pelas cidades, mas todos buscam a alternativa da ocupação urbana como último e desesperado recurso de resistência, para evitar a desorganização do núcleo familiar ou do que restou dele. Paradoxalmente, portanto, a ocupação urbana também aparece como uma tentativa de cultivar os projetos futuros da família.

Apesar da fragmentação política, diversidade e mesmo brevidade de muitas experiências de ocupações urbanas, há necessidade de considerarmos o conjunto geral destes fenômenos urbanos como tentativas constantes de os moradores sem teto instituírem movimentos sociais representativos, porque dependem de organização coletiva anterior, negociação e resistência política durante a permanência na ocupação, enquanto vivenciam dramáticas situações de insegurança no cotidiano.

É preciso reconhecer a legitimidade social deste imenso esforço reivindicatório por novos espaços políticos que universalizem direitos sociais; o pertencimento a uma vida pública que democratize a habitação e admita a presença atuante dos trabalhadores sem teto ('irracional', segundo as elites e muitos especialistas) no cotidiano da vida urbana do país. Admitir a presença, não como moradores sem teto, não a partir da situação de exclusão social a que estão submeti-

dos, mas da ótica da identidade de sujeitos sociais *com teto* que estão permanentemente tentando conquistar, instituir.

A visão de mundo dominante desconsidera a possibilidade de qualquer cultura, ética ou valor moral na situação de pobreza, base para a organização política que estes sujeitos sociais tentam construir nas lutas por moradia. Por isso, nossa análise preocupou-se em demonstrar que há uma ética do habitar entre trabalhadores sem teto, tanto quanto existe uma ética do trabalho, mesmo entre desempregados, questão amplamente debatida pela literatura das ciências sociais (Zaluar, 1985; Telles, 1992).

Acreditamos que a busca constante de uma 'casa' se traduz em múltiplas significações de identidades individuais e sociais, que se manifestam em questões complexas como:

- subjetivas, emocionais, pois o 'teto' contribui para proteger o direito ao segredo, à vida interior, possibilita uma intimidade singular com nossos pensamentos e imaginação, envolvidos em lidar continuamente com a complexa e tensa relação que vivemos entre o mundo exterior e o mundo interior;
- culturais, uma vez que 'casa' é sinônimo de família; neste caso, o espaço auxilia diretamente na ordenação de determinados valores éticos e morais para a hierarquia e convivência individual e social;
- devaneios de casa futura, de projetos de vida, revelados em imagens do habitar; almejar uma existência mais digna, um vir a ser de sujeitos sociais na conquista da cidadania;
- pertencer ao espaço público, expressão da luta política coletiva para estabelecer e cultivar sociabilidades com o local de moradia (o bairro), se inserir no universo da sociedade através da cidade em que vive. Entre os sem teto, significa também pôr fim ao sentimento de 'estrangeiro', de 'pária', de 'inimigo interno' da 'nação'.

Em geral, as políticas habitacionais não possuem qualquer relação com esta complexa expectativa da cultura do habitar, presente em histórias, lembranças e símbolos de casas e de trajetórias familiares, reveladas também através do imaginário social dominante: o tão propalado 'sonho da casa própria'.

Tivemos o cuidado, porém, de não entendê-lo literalmente, mas de acordo com as várias dimensões da ética do habitar. A dinâmica da lógica cultural que sustenta a incansável luta por uma moradia - um 'canto no mundo' -, mesmo que ilegal, não tem praticamente nenhuma correspondência com a lógica das políticas públicas e do mercado, muito menos com as críticas acadêmicas, ainda muito restritas ao paradigma de análise institucional.

Como a grande maioria destes trabalhadores sem teto está submetida ao modo de vida provisório e, portanto, vivenciando um despejo atrás do outro, enfrentam rupturas sociais diversas, seja nas relações de parentesco, de vizinhança, educacionais, de saúde, religiosas, incluindo um sofrimento moral e psíquico profundo, devidamente ocultado pela vergonha familiar e pelas estatísticas oficiais ou de mercado.

Estamos muito longe de, efetivamente, avançar na resolução deste '*apartheid* social'², uma vez que é insignificante o número de ocupações urbanas que podem contar com apoios e assessorias políticas permanentes, para resistir aos despejos e conquistar o direito à moradia.

A solução não é fixar definitivamente um domicílio - a 'sedentarização' dos trabalhadores sem teto - para se opor ao modo de vida provisório, mas, sim, defender a existência do direito, da autonomia, do sujeito social para decidir permanecer ou não numa determinada moradia. Ter canais políticos de negociação permanente para decidir os rumos e mudanças de sua vida individual e coleti-va.

A essência do problema não está apenas em disciplinar institucionalmente os espaços físicos para a habitação, mas em discutir se é possível viver uma cultura democrática de cidade sem

violentar a ética do habitar de setores cada vez mais amplos das classes trabalhadoras urbanas no país. Esta é uma discussão que, por não estar ainda desenvolvida, nos submete aos limites dos discursos, leis e normas do mercado e do Estado.

Talvez possamos enfrentar melhor esta brutal realidade, quando nos dermos conta do que perdemos em termos de significações sociais imaginárias e simbólicas de casa e, conseqüentemente, da importância da ética do habitar na vida de todos os indivíduos.

Trata-se de um patrimônio histórico incalculável, possível graças à diversidade de criação das culturas humanas, e desvalorizado pelas sociedades industriais modernas, posto que as prioridades das relações de mercado e de Estado são ditadas a partir do exterior dos princípios éticos e morais que organizam a vida dos homens em sociedade.

Embora tais princípios não sejam percebidos como uma questão social discutida, pensada e calculada objetivamente, continuam atuantes na imaginação do habitar (Bachelard, 1988) dos sujeitos sociais, influenciando em crenças e valores culturais que marcam o cotidiano de uma cidade, contradizendo muitas vezes a racionalidade político-econômica dominante, que pensa o espaço urbano apenas como ordem e progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo : Martins Fontes, 1988.
- BONDUKI, N. **As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- BRUNI, J.C. Há uma crise nas Ciências Sociais ? In: NETO, J.C.M., LAHERTA, M. (Org.). **O pensamento em crise e as artimanhas do poder**. São Paulo : UNESP, 1988.

- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz popular: movimento sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.
- DUARTE, L.F.D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro : CNPq, 1986.
- FIGUEIREDO, L.C. Foucault e Heidegger: a ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar). **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.7, n.1/2, 1995.
- FISCHER, T. **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. São Paulo : Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FRAYSE-PEREIRA, J.A. **Identidade e modernidade: o lugar do segredo**. São Paulo : USP, 1993. Departamento de Sociologia, FFLCH-USP. (Cadernos CERU, n.4, série 2).
- GARCIA, S.G. Cultura, dominação e sujeitos sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.5, n.1/2, 1994.
- LOBO, E.S. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.4, n.1/2, 1992.
- LOPES, D.A. Trabalhador sem teto e habitação provisória: vivências acerca dos processos de perda da moradia urbana. São Paulo, 1997, 210p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade São Paulo, 1997a.
- LOPES, D.A. **O movimento da Assembléia do Povo e a crítica da 'marginalidade'**. Campinas : UNICAMP, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCH, UNICAMP, 1988.
- LOPES, D.A. **Marginais da História? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo (1979-1986)**. Campinas: Alínea, 1997b.

- MATOS, O C. S. A Cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. **Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, Editora Cortez, ano 2, no. 7, out/dez, p 45-52, 1982
- MONTES, M.L.A. **Lazer e ideologia**: a representação do social e do político na cultura popular. São Paulo, 1983. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, USP, 1983.
- PAIVA, R. **Uma inserção no universo Bachelardiano**: o alargamento da imaginação e a obsolescência do objetivismo na ciência contemporânea e na sociologia. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, FFLCH, USP, 1997.
- PAOLI, M.C., SADER, E., TELLES, V.S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.6, p.129-149, 1984.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988
- TELLES, V.S. **A cidadania inexistente**: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. São Paulo, 1992. - p. Tese (Doutorado em Sociologia) - FFLCH, USP, 1992.
- TELLES, V.S. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, n.19, p.8-21, jul./dez., 1993.
- TELLES, V.S. Questão social: afinal do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.4, p. 85-95, 1996.
- VALLADARES, L.P. **Passa-se uma casa**: análise do Programa de Remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.
- WANDERLEY, L.E.W. Rumos da Ordem Pública no Brasil: a construção do público. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.4, p.96-106, 1996.
- ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo : Brasiliense, 1985.

NOTAS

⁽¹⁾ Ver entre outros periódicos, Revista São Paulo em Perspectiva, Instituto de Formação e Assessoria em Políticas Sociais, PÓLIS, São Paulo.

⁽²⁾ O Plano Plurianual da Prefeitura de Campinas (1998-2001) aponta 300 mil habitantes na faixa da pobreza ou miséria absoluta, em cerca de 900 a 950 mil do total de moradores da cidade.

Em 1996, a média de ocupações urbanas foi de uma a cada dois dias, chegando a 180 no total. De janeiro a março de 1997, estes números aumentaram em 33,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Fonte dos dados: Prefeitura Municipal e Defesa Civil, 1997.

SOCIEDADE CIVIL E GESTÃO PARTICIPATIVA: OS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Vera Lúcia G.S. RODRIGUES*

RESUMO

Artigo analisa a participação da sociedade civil no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Trata-se de órgão tripartite onde a sociedade civil, ao lado do Estado e Municípios se propõe a uma gestão participativa dos recursos hídricos de acordo com a nova legislação.

Palavras-chave: neocorporativismo, representação de interesses, associativismo, sociedade civil.

ABSTRACT

This article analyzes civil society participation in the Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. According to the new legislation civil society, along with the State and Mayors, are supposed to adopt a more participative way of water resources administration.

Key-words: neocorporatism, interest representation, associativism, civil society.

(*) Doutora em Sociologia pela USP/1995. Professora do Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

I. O OBJETO E O REFERENCIAL TEÓRICO

Um primeiro nível de comentário a ser feito quando fazemos uma reflexão sobre a metodologia utilizada em determinada pesquisa diz respeito ao próprio recorte do seu objeto. A sua importância baseia-se no fato de que em grande parte o bom andamento da pesquisa depende de termos um objeto claramente definido, bem recortado, como se costuma dizer. Só quando conseguimos visualizar quais são as questões que estão nos incomodando em torno de um tema mais geral e construir a nossa problemática específica em torno delas é que podemos prosseguir e pensar coisas como: este objeto é afinal de contas relevante? Por que? Em caso afirmativo, como vou abordá-lo?

A nossa preocupação com os Comitês de Bacias Hidrográficas é recente. O que vinha nos incomodando há algum tempo era a questão das formas de organização da sociedade e da representação de interesses dentro dela. A multiplicidade de conflitos no interior da sociedade civil e entre esta e o Estado acaba por exigir uma intermediação crescente das associações. Ou seja, vínhamos trabalhando desde a tese de doutorado com a hipótese de que as associações vêm crescentemente desempenhando um papel importante enquanto agentes de reestruturação social.

Percebíamos a sociedade cada vez mais organizada, desenvolvendo novas formas de corporativismo. Não mais um corporativismo estatal, baseado em organizações criadas e controladas pelo Estado, mas aquilo que tem sido chamado de neocorporativismo.

No primeiro, as representações dos grandes interesses sociais estão subordinadas à autoridade estatal, sendo um dos seus traços definidores a identificação entre Estado e Sociedade, ou seja, a supressão da demarcação entre o público e o privado. Além disto, o corporativismo estatal é monista, no sentido que busca a unidade dos múltiplos interesses envolvidos.

Já nas novas formas de corporativismo, ou seja, no corporativismo "societal" ou neocorporativismo, a dinâmica é dada pelos atores coletivos em cena. Compreende um processo de troca política onde barganhas são atingidas nas quais políticas públicas são negociadas pelo apoio e execução destas políticas pelas associações. Aqui, portanto, existe uma dependência de poder onde tanto as associações de interesse como o Estado gozam de alguma medida de autonomia, embora com certas restrições.

Nesta nova forma de corporativismo portanto, a coerção que caracteriza o corporativismo estatal é substituída por uma ênfase na troca, na negociação e na adaptação recíproca. Resumindo, este novo corporativismo caracteriza-se pela barganha, pela busca de consenso entre os vários parceiros envolvidos na elaboração das políticas públicas. Não um consenso normativo - baseado na convenção - mas reflexivo, ou seja, baseado em processos abertos de comunicação.

Adotar este referencial significa que não estávamos dispostos a acreditar, como os partidários da teoria pluralista, que a estruturação dos interesses em uma determinada sociedade se faz fundamentalmente a partir dos indivíduos e que estes simplesmente ao buscar seus interesses individuais, econômicos e políticos comporiam juntos a sociedade. Ou, de outro ângulo, que a própria busca dos interesses individuais produziria como resultado interesses de caráter coletivo, público. Resumindo, não estávamos dispostos a enxergar a ação coletiva sob a ótica liberal-individualista.

Sob esta nova ótica, a da sociedade organizada ou corporativa, partidos políticos, sindicatos e organizações patronais primeiro e, posteriormente, toda sorte de grupos com objetivos econômicos, políticos religiosos, culturais, éticos ou morais foram gerando uma rede organizativa cada vez mais complexa à qual os cidadãos foram se incorporando, depositando nela parte de sua capacidade e vontade individual para a obtenção dos fins que desejam.

Neste sentido, os atores sociais mais importantes na atualidade não são os cidadãos individualmente, mas as corporações

nas quais os indivíduos se integram e de cuja atuação depende grande quantidade de assuntos que lhes interessam pessoalmente. Isto significa que a lógica da ação coletiva acaba prevalecendo sobre a da ação individual (Yruela e Giner, 1989:37/38).

Em outras palavras, está se entendendo o processo de corporativização como aquele que leva a uma hegemonização das corporações na intermediação social, sendo canalizadas as reivindicações através de organizações e não individualmente. (Ortega, 1998: 4).

Este novo corporativismo está sendo entendido como uma exigência organizativa originada pela complexidade cada vez maior de uma estrutura social na qual os atores coletivos e o Estado desempenham os papéis principais. O aumento da diferenciação e da especialização das sociedades leva a necessidade de um aumento de sua coordenação e organização.

O neocorporativismo se distingue, é bom enfatizar, do corporativismo tradicional ou estatal por uma maior dinâmica da sociedade civil. Neste sentido é importante ressaltar que o enfrentamento *tanto da questão ambiental como também da questão agrária, numa sociedade complexa como a brasileira, reforça necessidade das políticas públicas formuladas e implementadas de baixo para cima, que busquem um consenso obrigado (para usar uma expressão consagrada pelos neocorporativistas) entre as representações de interesses privados organizados e o poder público, nos seus distintos níveis de atuação, desde o local até o internacional* (Graziano da Silva, 1999:121).

Deve-se destacar desde já que as instituições da sociedade civil não constituem um todo homogêneo, monolítico. Ao contrário, traduzem a crescente complexidade da sociedade civil.

Trata-se de uma *trama social formada por movimentos sociais, organismos de representação de interesses e entidades civis. É uma rede associativa tão ampla quanto plural, multifacetada e descentralizada. Vem se armando de um modo muito desigual, se-*

guindo os rumos mutáveis dos acontecimentos e das oscilações das conjunturas (Telles, 1994:48).

Uma distinção importante a ser feita é entre os grupos de interesses e as associações da sociedade civil (Jacobi,1996:8). Neste sentido a temática dos Comitês é nova para nós nesta pesquisa. Até o momento vínhamos trabalhando com as organizações empresariais, que embora sejam entidades civis e não se constituam em grupos de pressão de caráter pluralista são sem dúvida grupos de interesse. Enfocar agora o Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá permitiu enfatizar uma outra dimensão do fortalecimento da sociedade civil, onde novos atores sociais reivindicam uma maior participação na esfera pública e a conquista dos direitos de cidadania.

Trabalhar com o Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá permitiu ainda abordar uma dimensão extremamente recente dentro do estudo do corporativismo, que são as novas relações entre os atores rurais e urbanos nos mecanismos de concertação. As alterações nas relações rural-urbano levaram à criação de espaços onde se possa concretizar uma atuação planejada e conjunta destes diversos atores envolvidos. A gestão dos recursos hídricos certamente constitui-se num exemplo típico onde a criação destes espaços fez-se necessária, pois envolve usuários dos setores urbano, industrial e agropecuário¹. A pesquisa com o Comitê permitiu assim não só observar fortalecimento da sociedade civil, mas como têm atuado os atores sociais rurais de uma maneira mais específica.

Quando se fala em fortalecimento da sociedade civil está se pensando basicamente numa ampliação do âmbito da política, ou seja, romper com a *extrema privatização da política, resultado da permanência de um Estado patrimonialista e no qual predominam as relações de conciliação, do coronelismo e do clientelismo em suas variadas formas* (Benevides, 1994:11).

Neste quadro, a sociedade civil passa a ser entendida não mais como uma sociedade que se estrutura nas regras que organizam

interesses privados, mas uma sociedade na qual as relações sociais sejam mediadas pelo reconhecimento dos direitos e representação de interesses, tornando factível a construção de espaços públicos que confirmam legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre reaberta negociação (Telles, 1994:48).

O fortalecimento da sociedade civil torna inclusive possível mecanismos de concertação que legitimam as políticas públicas. Significa a possibilidade de comprometer estas organizações da sociedade civil na implementação das políticas públicas numa tentativa de diminuir o hiato entre a elaboração e implementação destas políticas.

O processo de participação envolvido neste mecanismo pode assumir duas faces. *Uma primeira que coloca a sociedade em contato com o Estado, e outra, que a reconcentra em si mesma, buscando seu fortalecimento e desenvolvimento autônomo. O que está efetivamente em pauta é o alcance do aparelho estatal, notadamente quanto à sua publicização* (Jacobi, 1996:2).

É preciso enfatizar que neste quadro de fortalecimento da sociedade civil e de redimensionamento de suas relações com o Estado, não se trata mais de uma relação entre um Estado arbitrário, autoritário e repressivo de um lado e, de outro, a sociedade civil pressionando o Estado para conseguir o reconhecimento dos direitos sociais e políticos negados. *A emergência de atores plurais na sociedade civil, intervindo nos processos de decisão da política nacional e local, faz com que o debate tenha que considerar a diversidade e pluralidade das demandas sociais e urbanas* (Bava, 1994:5).

As novas relações entre Estado e Sociedade Civil passam pela construção de espaços públicos onde as desigualdades se expressam dentro do processo de concertação/negociação.

Os mecanismos de concertação se institucionalizam com o Estado definindo os interlocutores legítimos e tendo como contrapartida uma co-responsabilidade destes interlocutores na gestão.

Podemos observar que não se trata portanto de recusar o papel do Estado. *Trata-se sim de construir, entre Estado e Sociedade a interface dada por arenas públicas que possibilitem a negociação democrática das regras da equidade nos usos dos recursos públicos dos quais dependem economia e sociedade* (Telles, 1994:49).

Devemos ressaltar que este recorte do objeto foi feito basicamente a partir da problemática das organizações e do fortalecimento da sociedade civil na construção da cidadania e de novas formas de gestão. Não estávamos, portanto, interessados na questão dos recursos hídricos sob o ponto de vista especificamente ambiental, embora o Comitê tenha se constituído basicamente devido à mobilização em torno da poluição dos rios da Bacia.

2. A METODOLOGIA

Uma vez definido nosso objeto e o referencial teórico com que iríamos tratá-lo, foi possível definir a metodologia mais adequada para abordá-lo. Ou seja, foi possível pensar como abordá-lo, principalmente no que diz respeito à estratégia a ser utilizada.

Duas questões se colocavam como importantes. Uma primeira é que estávamos trabalhando com uma questão de ordem fundamentalmente qualitativa². A outra é que iríamos trabalhar com um Comitê específico, o Comitê das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Neste sentido o estudo de caso mostrou-se como uma alternativa adequada, principalmente por permitir um certo grau de detalhamento que considerávamos necessário.

Como é sabido, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa, uma forma de organizar a pesquisa, que permite enfatizar a dinâmica do desenvolvimento do objeto em estudo. Neste sentido viabilizou a recuperação de todo o processo de mobilização da sociedade em torno dos Recursos Hídricos. Neste histórico percebeu-se que o Comitê foi precedido, por exemplo, pelo Consórcio das

Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Jundiá e Capivari. O entendimento do que é o Comitê foi bastante facilitado à medida que se marcou as diferenças entre ele e o Consórcio. Em outras palavras, a própria forma de organizar a pesquisa nos levou a voltar atrás no tempo ao invés de iniciarmos diretamente com o estudo do Comitê no seu momento atual.

Nesta fase da pesquisa foi realizado um exaustivo levantamento bibliográfico tanto no próprio Comitê como em outros Núcleos que têm trabalhado com a questão dos recursos hídricos. Além de livros foi possível ter acesso a alguns documentos importantes para a reconstituição do processo de implantação do Consórcio e do Comitê. Foram utilizados ainda recortes de jornais.

Além de jornais de âmbito nacional trabalhou-se com jornais de âmbito regional, já que o Comitê tem uma atuação numa região específica. As notícias foram separadas por período e por assunto. Isto permitiu a comparação da cobertura dada pelos diferentes jornais e avaliar a própria importância dada pela imprensa aos vários assuntos tratados no Comitê. Facilitou ainda integrar estes dados aos dados coletados nas demais fontes à medida que a classificação estava relacionada às categorias utilizadas na pesquisa como um todo.

Trabalhar com vários jornais aumentou ainda a confiabilidade dos dados. Dispúnhamos de mais de uma cobertura para o mesmo evento, permitindo detectar informações contraditórias.

Uma outra característica do estudo de caso é captar o objeto em sua totalidade e unidade. Isto geralmente acarreta uma certa dificuldade de inserirmos nosso objeto, selecionado a partir de um interesse específico, num contexto mais amplo. Ao delimitarmos nosso caso não queríamos ao mesmo tempo isolá-lo. Daí a decisão, tomada logo no início da pesquisa, de localizarmos o Comitê dentro do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do qual faz parte. O conhecimento do SIGRH e a leitura de uma bibliografia que de certa forma já faz uma avaliação dos resultados de sua

implantação até o momento foi fundamental para superar este limite que o método do estudo de caso coloca. Permitiu que trabalhássemos com um caso bem definido sem entretanto fechá-lo demasiadamente em torno de si mesmo.

Num segundo momento da pesquisa foi enfatizada a atuação do Comitê. Aí não restringimos a atuação a um âmbito específico, mas coletamos dados de natureza diversa. Isto nos possibilitou obter um quadro bastante amplo e aprofundado das atividades do Comitê. A amplitude dos dados permitiu detectar desde as atividades voltadas para a viabilização financeira, até aquelas de caráter mais especificamente político, passando pela atuação dirigida à preservação ambiental.

A coleta destes dados foi feita nos arquivos do Comitê, sendo complementada por entrevistas com seus integrantes. Foram entrevistas abertas não apenas com pessoas que compunham a Secretaria Executiva do Comitê mas com membros da sociedade civil. O objetivo era verificar como estes vários participantes vivenciavam a experiência de integrar uma nova forma de gestão que se propõe a ser mais participativa. Daí a opção por trabalharmos apenas com um roteiro bastante flexível para as entrevistas e não com entrevistas padronizadas com perguntas previamente elaboradas. Estas não permitiriam atingir o grau de profundidade que desejávamos.

A necessidade de entrevistar tanto membros da Secretaria Executiva- representantes do Estado - como usuários da sociedade civil, adveio da própria concepção de que a representação de interesses através de várias formas de concertação não elimina os conflitos. Ao contrário, a ênfase está sendo dada nas divergências que surgem ao longo do processo mesmo de organização/concertação. Em grande medida foram as entrevistas que permitiram perceber os interesses específicos de cada usuário e o significado que dão para sua participação no Comitê.

Mais que isto, a preocupação com as novas relações entre o rural e o urbano nos levou a fazer entrevistas com os membros dos

Sindicatos Rurais que participam do Comitê a fim de detalhar sua participação vis a vis aos demais usuários.

O estudo da atuação do Comitê da perspectiva mencionada foi complementado com a observação de reuniões realizadas.

Esta observação foi bastante rica para perceber a atuação dos vários agentes. Foi uma experiência muito interessante porque ao mesmo tempo que havíamos sido convidados a participar das reuniões após todo um processo de estabelecimento de uma relação de confiança- neste sentido tivemos toda uma cautela com o que chamamos de entrada em campo- o grande público presente garantia um certo anonimato. Em outras palavras, ao mesmo tempo que éramos conhecidos e identificados por vários integrantes do Comitê, éramos ilustres desconhecidos para o grande público presente nas reuniões. Isto significa que do ponto de vista metodológico, a interferência do pesquisador praticamente não existiu. Resumindo, o fato das reuniões do Comitê serem audiências públicas evitou que seu encaminhamento pudesse ser influenciado pela própria presença do pesquisador³. A observação das reuniões do Comitê permitiu complementar os dados coletados nos arquivos. A comparação das atas das reuniões feitas pela Secretaria Executiva do Comitê com as anotações realizadas durante a observação direta da reunião por exemplo, permitiu detectar pontos que não tinham sido abordados ou o tinham sido feito de maneira superficial. Não se trata obviamente de questionar a validade das informações contidas nas atas. A questão metodológica que se coloca é que o pesquisador tem objetivos específicos em função do seu recorte do objeto que não são os mesmos daqueles que coletaram os dados com os quais está trabalhando. Daí a opção por usar e abusar dos dados secundários, mas ao mesmo tempo combiná-los com dados primários colhidos através das entrevistas e da observação direta.

Uma última série de colocações diz respeito ao fato de estarmos trabalhando com um Comitê específico, o das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e portanto enfren-

tarmos uma certa dificuldade de generalizarmos os resultados obtidos.

É preciso ressaltar que nesta pesquisa a preocupação não era necessariamente com a generalização mas com a recuperação da experiência pioneira de implantação de um Comitê de Bacias Hidrográficas antes mesmo da legislação federal. Em grande medida o que se desejava compreender era este sair a frente e ao mesmo tempo detectar as dificuldades enfrentadas nesta primeira experiência.

De qualquer forma pretende-se conseguir uma certa generalização, à medida que existem pesquisadores trabalhando com outros Comitês. A comparação dos resultados destas pesquisas certamente será importante para a obtenção de um conhecimento mais amplo sobre os Comitês e a generalização acaba sendo obtida a partir de um conjunto relativamente grande de casos.

É possível ainda pensarmos com a continuidade da pesquisa numa *generalização naturalística*, nos termos de Ludke e André onde o leitor/pesquisador *lançando mão de seus conhecimentos formais, mas também de conhecimento tácito (impressões, sensações, intuições), perceberá aspectos semelhantes entre o caso estudado e outros casos e situações por ele vivenciados em contextos semelhantes, a partir de que poderá criar novas idéias, significados e compreensões* (Pádua e Pozzebon, 1995:13).

Neste sentido é extremamente interessante perceber que alguns autores preocupados com a elaboração de políticas públicas mais descentralizadas estejam propondo adotar a gestão por Bacias Hidrográficas. O avanço dar-se-ia no sentido de romper os limites físicos e políticos municipais, permitindo maior representação dos diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento local. Esta proposta só foi possível naturalmente a partir de um conhecimento relativamente amplo sobre a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, agora já implantados em quase todo o Estado de São Paulo e em grande parte dos demais.

Finalmente, estamos trabalhando com a idéia de que cada pesquisa individual ou coletiva na verdade faz parte de um ciclo de

pesquisa, ou seja, *um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações* (Minayo, 1994, 25).

Assim, toda pesquisa ao mesmo tempo que produz conhecimentos, suscita novas questões a serem aprofundadas na continuidade do ciclo. Nesta pesquisa específica devemos agora detalhar a atuação dos agentes envolvidos principalmente com relação aos conflitos advindos da cobrança pelo uso da água e implantação da Agência de Bacias. Aí, poderemos perceber as semelhanças e diferenças na atuação dos agente rurais e urbanos que como dissemos anteriormente é nossa preocupação atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BAVA, S.C. **Democracia e Poder Local**. Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Democráticas, Revista PÓLIS, nº 14:3-9, SP, 1994.
- BENEVIDES, M. V. **Democracia e Cidadania**, Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais Democráticas, Revista PÓLIS, nº14:11-19, SP, 1994.
- FEYERABEND, P. **Contra o Método**. RJ, Francisco Alves, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, J.F. **O Novo Rural Brasileiro**, Coleção Pesquisa, Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.
- JACOBI, P.R. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas - Demandas por Saneamento Básico e Saúde**. São Paulo, 1974-84, Ed. Cortez, SP, 1996.
- MINAYO, M. C. de Souza (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade** Vozes, Petrópolis, 1995.
- ORTEGA, A.C. **A Relação Rural-Urbana na Nova Forma de Governança Estabelecida pelos Comitês de Bacias**

Hidrográficas: O Caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, UFU, Uberlândia, MG, 1998 (mimeo).

PÁDUA, Elisabete M.M e POZZEBEON, Paulo M.G. O Estudo de Caso: Aspectos Pedagógicos e Metodológicos, PUC-Campinas, 1995 mimeo.

TELLES, V. **Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos**, Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais Democráticas, Revista PÓLIS, nº 14:43-53, SP, 1994.

YRUELA E GINER. **El Corporativismo en Espanha**, Ed. Ariel, 1989.

NOTAS

- (1) A título de exemplo, o uso da água para irrigação em algumas bacias é o mais significativo, justificando a participação dos usuários do setor agrícola nos mecanismos de concertação.
- (2) Isto não significa que estejamos opondo qualidade e quantidade ou que estejamos eliminando a quantidade de nosso horizonte. Ao contrário, estamos vendo qualidade e quantidade com complementares. A opção se dá em função do próprio objeto e raramente a pesquisa é só qualitativa ou quantitativa. Enfim, hoje felizmente a oposição pesquisa quantitativa e qualitativa transformou-se num falso dilema.
- (3) De certa forma esta questão foi mais difícil de ser enfrentada na tese de doutorado quando trabalhamos com organizações empresariais. A nossa presença nas reuniões, com um número pequeno de participantes, era anunciada formalmente e pode ter tido alguma influência nas colocações feitas pelos participantes.

AFINAL, QUEM ELES SÃO? ALTERIDADE E COMPLEXIDADE NA PESQUISA ANTROPOLÓGICA

Paulo A. A. SETTI *

RESUMO

Este artigo pretende discutir os reflexos, sobre o conhecimento antropológico, dos processos, característico às sociedades contemporâneas, de construção de identidades e formação dos sujeitos em cenários marcados pela coexistência de múltiplas fontes de normatividade.

ABSTRACT

The paper presents a discussion on the indirect effects on the anthropological knowledge caused by the processes of the identity construction and subject formation taking place in conditions characterized by the coexistence of multiple normative sources

Este artigo tem como objetivo tratar de alguns problemas metodológicos que os antropólogos normalmente enfrentam quando se ocupam em conhecer realidades socioculturais inseridas em con-

^(*) Mestre em Antropologia pela UNICAMP/1997. Professor do Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

textos sociais "complexos", bem como os limites inerentes ao conhecimento antropológico produzido nestes e sobre estes contextos socioculturais "complexos". Na primeira parte do artigo, ocupar-me-ei da definição da "complexidade" nas sociedades contemporâneas atentando, sobretudo, para a feição que assume a questão da formação dos sujeitos e a incidência das múltiplas fontes de normatividade (decorrentes da organização econômica e política da sociedade, do sistema de estratificação social, das diferenciações profissionais e, também, das disposições morais compartilhadas pelos sujeitos em interação, etc..) sobre a delimitação da razoabilidade das ações sociais passíveis de serem desempenhadas legitimamente nestes contextos. Na parte final do artigo, ocupar-me-ei dos problemas e limites, impostos pela complexificação das sociedades contemporâneas, ao conhecimento antropológico. A discussão aqui apresentada ainda que de forma preliminar e lacunar, deve-se em grande parte às reflexões geradas em pesquisas e discussões levadas a cabo no LESEC (Laboratório de Ensino Sociedade, Ética e Cidadania) e deve, portanto, ser compreendida como uma tentativa de fundar um diálogo multidisciplinar, baseado não na anulação das diferenças teóricas e metodológicas que por ventura possam vir a existir, mas sim na explicitação destas diferenças e, conseqüentemente, em uma abertura para o debate intelectual acerca do pensar criticamente a sociedade brasileira contemporânea.

O diferencial que caracteriza o método antropológico de pesquisa social é a possibilidade de ver e compreender os grupos socioculturais (no jargão antropológico, o outro) *por dentro*, ou seja, tal como eles se vêem e se compreendem. É justamente a pesquisa de campo intensiva, a qual supõe um convivência contínua e prolongada com os grupos sociais, que permite, através de um processo de socialização acelerada do antropólogo no grupo estudado, o conhecimento *por dentro* do outro. Porém, não se pode esquecer que o trabalho de campo foi esculpido quando o objeto de estudo da antropologia era, quase exclusivamente, sociedades de pequena

escala e culturas relativamente homogêneas quanto comparadas às sociedades contemporâneas "complexas".

A noção de "complexidade", cujo conteúdo diferencial é sobretudo a heterogeneidade cultural, implica na necessidade de repensar os processos de conhecimento antropológico do outro, na medida em que o próprio estatuto da alteridade em questão se altera e se complexifica. Considerando que agora, em muitos casos, o antropólogo é também membro da sociedade a ser estudada, o processo de socialização do antropólogo na sociedade a ser conhecida se complexifica na medida em que é anterior ao processo de construção do conhecimento propriamente dito e está, portanto, sujeito a incorporar discriminações e preconceções oriundas dos saberes comuns que, por um lado, norteiam as relações sociais próprias ao contexto estudado e, por outro lado, derivam destas mesmas relações sociais (Da Matta, 1978 ; Velho, 1981).

Da mesma forma, também não é mais possível supor, nos contextos de heterogeneidade cultural característico das sociedades "complexas" contemporâneas, a homogeneidade dos valores, princípios e condutas dos sujeitos sociais imposta pelo respeito à tradição característico das sociedades "simples", relativamente mais homogêneas e unitárias. Também não é uma estratégia metodológica isenta de riscos isolar segmentos ou grupos da sociedade, tratando-os como se fossem de fato unidades independentes e autocontidas possuidoras de homogeneidade e unidade análogas as das sociedades "simples": não se resolve a questão com uma simples mudança de escalas na qual o objeto de conhecimento antropológico passa a ser reduzido artificialmente a grupos socioculturais que possam ser concebidos como culturalmente homogêneos em um contexto cultural heterogêneo.

Creio, que para se enfrentar a questão da complexidade que caracteriza as sociedades contemporâneas, é necessário enfrentar a relação precária e ambígua existente entre os sujeitos sociais e as múltiplas fontes de normatividade, o que inclui as diversas possíveis afiliações socioculturais existentes nas sociedades contempo-

râneas, os imperativos decorrentes da organização dos sistemas econômicos e políticos e, também, os imperativos legais oriundos da legislação dos Estados nacionais, que incidem tanto na determinação das ações individuais como na regulação dos sistemas econômico e político. Neste contexto de múltipla normatividade, a questão da agência e da formação dos agentes problematiza-se na medida em que a coerência identitária do agente, bem como as ações razoáveis passíveis de serem desempenhadas em determinada situação social, tornam-se fruto de negociações sociais, ou seja, são essencialmente transacionais. Devido a inexistência da legitimação meta-política das identidades sociais e de ações oriundas da tradição ou de algum sucedâneo, todos podem ser questionados por seus interlocutores quanto a validade das ações desempenhadas e quanto a autenticidade da identidade manifestada. Impõe-se, assim, aos agentes sociais à necessidade de escolha acerca do que são e de como devem agir: ao contrário das sociedades tradicionais, nas quais a identidade individual era plenamente conectada e subordinada ao conjunto de possibilidades fornecidas pelas identidades sociais disponíveis (as quais pouco variavam no tempo); nas sociedades contemporâneas a constituição das identidades individuais pressupõe um processo constante de reflexão, recapitulação e reinterpretção do que o indivíduo foi, para que ele possa determinar o que será a partir de então (Giddens, 1997). Não há mais autenticidade moral ou lógica em fazermos e sermos hoje, o que fizemos e fomos ontem. Como membros das sociedades contemporâneas, temos que escolher o que ser no mundo (o que de fato implica em uma demanda por reconhecimento intersubjetivo da auto-identificação pleiteada¹) e o que deve ser feito no mundo.

O aumento de contingência nos processos de construção de identidade dos sujeitos² e, também, na definição da natureza das ações sociais legítimas, ou seja, aquilo que "deve ser" feito, implica na necessidade de lidarmos com contextos sociais nos quais coexistem, harmoniosamente ou não, núcleos de expectativas consolidadas de ações cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, ideológicas, regionais, religiosas, geracionais, etc.. Assim, como exemplo, pode-

mos considerar que a inserção ocupacional de um advogado, quer seja no que se refere a sua posição em relação aos meios de produção (por exemplo, profissional liberal, assalariado, etc.), quer em termos estritamente ocupacionais (o saber e as ações cristalizadas próprios à profissão), apesar de tender a articular suas experiências pessoais em torno de certas concepções, valores e práticas compartilhadas por seus pares, não é, a priori uma garantia de homogeneidade identitária ou de agência. O problema é sopesar o significado desta experiência frente a outras como, por exemplo, a ideologia política, a crença religiosa, a origem regional, a identidade étnica, etc. Assim podemos defrontarmos com situações nas quais constatamos consideráveis diferenças entre as práticas e valores de advogados militantes de esquerda, ateus, mulheres e brancas das práticas e valores de advogados sem filiação política explícita, católicos, homens e negros. A questão é, então, delimitar quais experiências biográficas são significativas para criar diferentes expectativas consolidadas de ações e a que ponto estas diferenças são relevantes para o sistema (ou subsistema) social em questão. Pois, podemos aventar como hipótese, por exemplo, que diferenças de gênero e etnia não geram experiências suficientemente significativas para criar núcleos de expectativas de ação consolidados ou, então, que as diferenças geradas por gênero e raça nas práticas profissionais dos advogados não são relevantes para o funcionamento do sistema judicial (isto é, a experiência feminina ou masculina com o trato do cliente pode ser mais ou menos gratificante para este, porém torna-se irrelevante nos procedimentos de encaminhamento e resolução dos conflitos judiciais já que o reconhecimento da injustiça sofrida e do estado afetivo daquele que as sofreu não garante o sucesso da demanda judicial.). Seguindo com o mesmo exemplo, podemos constatar que a diferença da filiação partidária e ideológica tem a capacidade de gerar experiências suficientemente significativas para criar tanto núcleos de expectativas de ação consolidados, como demandas relevantes para o sistema jurídico, na medida em que o fato do advogado conceber fortemente o processo judicial como um meio de reparação de injustiças impostas

ao trabalhador pela organização injusta do sistema econômico, implica em práticas, ações e seleções de procedimento legais que constituem-se em demandas específicas ao sistema judicial. Neste exemplo, portanto, indicamos que a variável mais significativa (e de fato pode ser mais de uma, já que no exemplo não tratamos da filiação religiosa) para identificação do advogado com os núcleos normativos de valores e expectativas consolidadas de ação relevantes para o sistema jurídico é a filiação partidária e ideológica, sendo que as diferenças de gênero e etnia não se constituem em variáveis efetivas devido a sua irrelevância. Em resumo, o aumento de complexidade dos contextos sociais pós-tradicionais caracterizados tanto pela autonomia e contingência dos processos sociais de construção identitária, como pela relação ambígua e precária existente entre os sujeitos sociais e as múltiplas fontes de normatividade socioculturais incidentes no agir individual (Bauman, 1998), implica em por em xeque estratégias metodológicas que pressupõe sistemas socioculturais homogêneos e unitários. Fissões, conflitos, disputas e clivagens são inerentes aos contextos de pesquisa em sociedades "complexas".

A partir daqui, considerarei os reflexos gerados pelo aumento de complexidade na natureza do conhecimento antropológico, bem como algumas estratégias metodológicas - e seus limites - que possam vir a incorporar, no saber produzido, a complexidade do objeto estudado. Nota-se que os problemas e questões aqui levantados decorre da assunção de uma perspectiva metodológica que visa desvendar os contextos socioculturais *a partir de dentro*, ou seja, incorporando o saber, os valores e as práticas compartilhadas pelos sujeitos sociais como ponto focal da construção do conhecimento dos contextos socioculturais em questão.

Da antropologia clássica foi nos legado dois procedimentos metodológicos fundamentais para o conhecimento de outrem: a observação direta dos atos e comportamento dos sujeitos envolvidos na situação social analisada e os discursos dos indivíduos e grupos acerca dos acontecimentos (Malinowski, 1984; Gluckman, 1975). Não obstante, há diferenças essenciais, quanto à sua natureza, sobre os

dados possíveis de serem obtidos pela observação ou pela interação comunicativa com os sujeitos envolvidos nos dramas sociais. De meu ponto de vista, não é possível abarcar numa mesma categoria epistemológica, ou seja, não reconhecer diferenças essenciais quanto a natureza e validade dos dados obtidos pela observação da ação alheia e pela interação comunicativa com os sujeitos envolvidos na ação. Creio ser necessário distinguir claramente as modalidades de conhecimento e interpretação possíveis à ação humana (em seu sentido mais restrito da ação objetivadora de alguém sobre o mundo ou outrem) e na fala humana compreendida enquanto universo de comunicação intersubjetiva. Uma longa entrevista com um bom informante sem dúvida nenhuma é um acontecimento e tanto para um antropólogo em campo. Também, e da mesma forma, é um acontecimento e tanto a observação de um ritual desconhecido. Porém há diferenças essenciais que não podem ser ignoradas. Por exemplo, a observação de um sujeito correndo desesperadamente permite apenas que o antropólogo identifique a corrida desesperada. A proposição "o sujeito corre desesperadamente" pode ser usada em vários contextos como descrição de uma ação, porém, através dela pode-se atribuir ao sujeito apenas uma ação (correr) e a manifestação pública de um estado afetivo (desespero). Não podemos de forma nenhuma, a partir da simples observação, inferir um contexto geral que justifica tal ação. O sujeito poderia estar correndo pela auto-imposição da necessidade de praticar exercícios físicos, poderia estar correndo do local no qual havia acabado de praticar um crime, ou poderia estar correndo atrás de um criminoso, etc. De fato, as interpretações que não contemplam as próprias explicações do sujeito-agente são inumeráveis. A ação humana, para ser compreendida em sua plenitude, necessita de interpretação posterior que obrigatoriamente incorpore as motivações do agente pois,

"Na perspectiva de um observador, nós somos capazes de identificar uma ação; mas não estamos em condições de descrever com segurança a execução de um plano específico de ação; para chegar a isso teríamos que conhecer

a respectiva intenção que comanda a ação. Nós podemos inferir essa intenção lançando mão de indicadores, os quais adscrevemos hipoteticamente ao agente; para nos certificarmos da intenção, teríamos que assumir a perspectiva de participante. Ora, a atividade não-lingüística não oferece por si mesma esta perspectiva - ela não revela a partir de si mesma o modo como foi planejada. Somente os atos de fala conseguem preencher essa condição." (Habermas, 1990, p. 66)

Nessa perspectiva é prioritário, para o conhecimento de uma situação social, a interação comunicativa entre os agentes e o observador. Somente através dela é que podemos chegar as motivações, expectativas e interesses dos sujeitos envolvidos no drama social, ou seja, a chave da compreensão da situação social vivenciada por estes sujeitos. A observação do ato ou comportamento social em si mesmo é vazia, até certo ponto, de sentido explicativo: seu sentido só pode ser alcançado pelas justificativas que os sujeitos envolvidos nos forneçam para suas ações, nas expectativas que depositam nela e nos sentidos adscritos por estes sujeitos às ações alheias relevantes e contextualmente contíguas.

A impossibilidade da construção do conhecimento antropológico pela simples observação dos acontecimentos, o que implica na não participação do antropólogo no "mundo nativo", não é nenhuma novidade. Malinowski (1984) já apontava para a necessidade do conhecimento da língua nativa e da participação cotidiana na vida nativa para a construção do conhecimento antropológico. Contudo, Malinowski não chegou a considerar criticamente os desdobramentos disto em relação à natureza e legitimidade possíveis ao conhecimento antropológico. As interpretações possíveis da realidade decorrentes da convivência e comunhão das palavras geram uma espécie de conhecimento essencialmente distinto daquele decorrente da pura observação dos acontecimentos. O discurso impõe limites geográficos, temporais e semânticos ao significado da fala individual que impedem a comprovação experimental ou a reconstrução do

acontecimento - é impensável crer poder recriar uma entrevista ou um diálogo tido no campo. No ato da fala subsume-se tanto um cerimonial social, que atribui a tal fórmula, proferida por tal pessoa em tal circunstância, um valor particular; como fins ou valores mais remotos que, mesmo interlocutores perfeitamente fluentes na língua, podem ou não compreender, ou compreender divergentemente. Desde a insinceridade dos interlocutores (Zaluar, 1993), que pode vir a indicar o uso estratégico da linguagem para a obtenção de objetivos impronunciáveis ou, então, um lapso, esquecimento, um ato falho, até distorções de interpretações causadas por universos referenciais distintos, ou seja, diferenças sociais e culturais; há uma infinidade de "ruídos brancos" que podem vir a se interpor à comunicação perfeita. Longe de desconsiderar estas dificuldades ou de considerá-las insuperáveis, o antropólogo, creio eu, deve tê-las em mente quando pretende interpretar os resultados de sua pesquisa de campo. Sem dúvida nenhuma, essa possível interpretação será precária e temporária, possuindo um grau considerável de incerteza, decorrentes da própria natureza do conhecimento antropológico baseado na interação intersubjetiva, pois toda a experiência humana, cada gesto, cada fala e cada ação são complexos em relação aos sentidos que podemos lhes adscrever ou supor, quer seja quando, como antropólogos, assumimos a posição do observador, que seja mesmo quando assumimos a posição de interlocutor.

Se um certo grau de incerteza e indeterminação, decorrentes do próprio caráter intersubjetivo do conhecimento antropológico, já estavam presente no conhecimento de contextos "simples"³, sem dúvida, estas características se potencializam no conhecimento de contextos socioculturais "complexos". Devido a autonomia dos processos de auto-identificação frente às identidades sociais tradicionalmente compartilhadas e a sobreposição de imperativos decorrentes tanto das disposições morais compartilhadas pelos sujeitos em interação, como também daqueles decorrentes da organização dos sistemas econômico, político, jurídico, da estratificação social ou das diferenciações profissionais, etc., é potencializado os riscos implica-

dos na seleção das variáveis explicativas da agência dos sujeitos da pesquisa. Um sujeito qualquer, em determinado contexto social, age em decorrência dos modelos culturais nos quais se insere, das crenças morais que compartilha, de sua filiação religiosa, de sua inserção na estrutura de classes sociais, da articulação em torno das práticas e valores de natureza ocupacional, de sua filiação política-ideológica, de imperativos econômicos, de sua origem étnica, ou de diferenças geracionais e de gênero? Ou será que devido a tudo isto? Ou será que devido a apenas alguns itens acima listados? E esta ação é significativa para a análise dos problemas e temas pesquisados quanto a sua permanência temporal e recorrência no rol das ações tipicamente desempenhadas por estes e outros sujeitos sociais envolvidos no contexto interacional analisado?

As possíveis respostas a esta questões só podem ser construídas empiricamente através da imersão do antropólogo, como observador e interlocutor, no universo social pesquisado. Porém, sempre o texto antropológico implicará numa simplificação, mesmo quando aberto à complexidade do outro, das experiências vivenciadas por outros atores sociais, quer seja pelo efeito didático gerado por aquele que discursa de modo a explicar sua ação para os outros, quer seja pela incapacidade do interlocutor captar todas as nuances de sentido dos discursos e ações alheios, quer seja pelas seleções necessárias de serem feitas para construção de uma explicação sistemática e racional dos problemas abordados na pesquisa, ou ainda, em decorrência da contingência, vivenciada pelos próprios atores sociais, gerada pela maior autonomia dos processos de auto-identificação e pela coexistência, harmoniosa ou não, de diversos princípios de normatização da conduta, ambas decorrentes do aumento de complexidade dos contextos socioculturais analisados.

Mas qual a vantagem de incorporar ou, ao menos tentar incorporar, ao conhecimento do outro às contingências e incertezas decorrentes da complexidade do ser no mundo? Por que recusar o conhecimento como um simples ato de autoridade no qual as identidades são imputadas e os sentidos são construídos através indicado-

res adscritos hipoteticamente pela autoridade daquele que *sabe conhecer*?⁴ A resposta a esta questão não deve ser proposta unicamente como uma reflexão metodológica, pois em si mesma engloba uma dimensão política. Ao insistir, apesar de todos os riscos embutidos a esta opção, que o conhecimento do outro deve sustentar-se nos saberes, valores, reflexões e práticas compartilhadas pelos sujeitos objetos do conhecimento, reconhece-se o direito à diferença e, conseqüentemente, os espaços de autonomia social (i.e., espaços polissêmicos e polifônicos que abrem-se para a formação espontânea da opinião e para a natividade do, até então, não previsto) recriados constantemente nos contextos sociais através dos processos interacionais "*nativos*" nos quais, o antropólogo, imiscui-se também como participante e, não como mero observador. Frente a lógica escorchante, heteronômica e desterritorizadora dos sistemas sociais, tematizar o impronunciável, desconstruir as expectativas consolidadas, pensar e repensar a razoabilidade das razões, politizar o naturalmente apolítico, é tanto um ato de conhecimento, como um ato de afirmação política.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- DA MATTA, R. "O Ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues." **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 27, 1978.
- GIDDENS, A. **Modernização reflexiva**, São Paulo: Ed. Unesp, 1997
- HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

- VELHO, G. "Observando o familiar", In **Individualismo e cultura**, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GLUCKMAN, M. "O material etnográfico na antropologia social inglesa." In Zaluar, A. (ed.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1975
- ZALUAR, A. "*A aventura etnográfica: atravessando barreiras, driblando mentiras.*" Texto apresentado na Reunião da SBPC, Recife: mimeo, 1993.
- WEINER, A. **The trobrianders of papua New Guinea**, New York: Holt & Rinehart & Winston Inc., 1987.

NOTAS

- (1) Concebo que os processos de edificação da auto-identidade são dependentes das identificações que os outros relevantes fazem de ego na medida em que o fundamento para a afirmação da própria identidade não é a auto-identificação em si (a qual pode ser ou não aceita pelos outros sujeitos relevantes na interação), mas a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida (HABERMAS, 1990). Desta forma, a distinção que faço entre identidades sociais e individuais não deve ser tomada como axiomática, mas apenas visa indicar uma variação no grau de autonomia dos sujeitos em pleitear reconhecimento para sua concepção de si próprio frente as identidades sociais tradicionalmente compartilhadas.
- (2) Concebo aqui a identidade dos sujeitos como um mecanismo de organização simbólica do eu que tanto reclama para si reconhecimento intersubjetivo para sua exemplaridade, como fornece soluções para os problemas da ação em contextos sociais nos quais coexistem, além do próprio ego, outros sujeitos-agentes demandando reconhecimento para suas próprias exemplaridades.
- (3) As visões distintas de Malinowski (1984) e Weiner (1987) acerca dos trobriandeses são um bom exemplo desta incerteza e indeterminação inerentes ao trabalho antropológico.
- (4) De fato, todo conhecer é sustentado em um exercício de poder. Seja no que se refere à interação comunicativa entre aquele que é sujeito do conhecimento e aquele que é objeto do conhecimento, onde o último se vê constrangido a responder aos objetivos e expectativas do primeiro. Seja no que se refere aos processos de seleção, feitos por aquele que conhece (os quais são aleatórias do ponto de vista daquele que é objeto do

conhecimento), em busca da construção da significação dos conteúdos da experiência de campo. Porém, ao contrário da antropologia pós-moderna, na qual os autores mais radicais concebem como única possibilidade de resolução desta questão, a anulação do próprio antropólogo através da transcrição da pluralidade das vozes alheias (o que, no limite, leva ao solipsismo), penso ser possível controlar as conseqüências dos efeitos indesejados desta relação de poder através da afirmação crítica da responsabilidade do antropólogo enquanto autor do discurso.

RESENHA

HERNÁNDEZ, Fernando.

**“Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de trabalho”,
Porto Alegre: ArtMed, 1998**

Dulce Maria Pompêo de CAMARGO*

Por estarmos vivenciando no contexto atual a necessidade de reformulação dos currículos escolares em todos os níveis de ensino, considero oportuno apresentar a resenha do livro de Hernández, professor titular da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona - Espanha, uma vez que este autor nos traz uma proposta concreta: os projetos de trabalho.

Como docente interessada especialmente em Currículo e Cultura, venho acumulando leituras de estudiosos do assunto: Apple (1989); Forquim (1993); Giroux (1997); Moreira (1990); Sacristán & Gómez (1998); Santomé (1998); Silva (1992 e 1996), bem como de coletâneas recém-publicadas e organizadas por alguns destes autores, que nos apresentam uma perspectiva mais teórico-conceitual da questão.

Foi, no entanto, através do contato com as obras de Hernández, que comecei a relacionar de forma mais dinâmica e criativa as experiências que tive a possibilidade de vivenciar em vários

(*) Doutora em Educação pela UNICAMP, em 1992, Professora do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da PUC-Campinas.

projetos de formação de professores, em diferentes estados do país.

Na verdade, o livro ora resenhado, dá continuidade às questões apresentadas em outro livro que Hernández escreveu com Ventura, "A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio", já em 5ª edição no Brasil, e publicado pela editora ArtMed, de Porto Alegre. Nesta obra, o relato de uma experiência educativa deixa evidenciada a idéia de que a inovação deve ter como ponto de partida a reflexão e análise da relação de ensino e aprendizagem resultantes do currículo em vigor, em cada unidade escolar. Portanto, a reformulação curricular surge da própria prática, sem que se perca, obviamente, a relação com a teoria que a embasa. Nesse processo, os Projetos de Trabalho acabam sendo uma forma de organizar os saberes e conhecimentos escolares e uma forma de possibilitar o aprender a relacioná-los, superando os limites das disciplinas elencadas nos currículos oficiais.

Em "Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de ensino" (obra traduzida por Jussara Haubert Rodrigues), o autor aborda os limites, intenções, transgressões e desafios necessários ao processo de recriação da Escola. Mas, desde o princípio deixa muito claro que a proposta apresentada e desenvolvida junto a uma Escola Pública, só teve sentido porque houve uma mudança prévia, especialmente no que se refere à participação e construção coletiva escolar; ao reconhecimento social da importância do trabalho do professor e ao atendimento das condições materiais necessárias. A 'transgressão', segundo Hernández, busca superar a inadequação e simplificação do processo de construção do conhecimento que vem ocorrendo no ensino instrucional vigente, bem como extrapolar a visão de currículo escolar centrado apenas em disciplinas. O objetivo, portanto, é contribuir para que alunos e professores se constituam como sujeitos do conhecimento, e para que a função da Escola possa ser repensada de maneira permanente.

"Este livro, em suma, é um convite à transgressão das amarras que impeçam de pensar por si mesmo,

construir uma nova relação educativa baseada na colaboração na sala de aula, na escola e com a comunidade. Na não-marginalização das formas de saber dos excluídos, na construção de um novo sentido de cidadania que favoreça a solidariedade, o valor da diversidade, o sincretismo cultural e a discrepância.”(p. 13)

Dos oito capítulos que compõem o livro, demos destaque especial aos quatro primeiros que fundamentam a proposta de Projetos de Trabalho feita pelo autor. No Capítulo I - 'Um mapa para iniciar um percurso', o autor apresenta, o caminho percorrido coletivamente, sem esquecer do inevitável caráter pessoal da trajetória de cada um, seja ele docente ou aluno, como também a concepção de educação que dá suporte aos Projetos de Trabalho dos quais participa. Utiliza como estratégia de escrita a relação entre a busca do conhecimento e as diferentes histórias de experiências vivenciadas pelos sujeitos. Sua intenção é mostrar que mesmo no coletivo, permanece a indagação crítica individual, que questiona as representações únicas da realidade, para o aprender, compreender, interpretar e agir. Acredita ainda o autor, que é a partir da proposta de problemas, e da exploração de contradições, que se consegue mudar a organização do espaço e do tempo curricular, passando a Escola a ser também geradora de cultura, e não só lugar de aprendizagem de conteúdos.

No Capítulo II - 'A transdisciplinaridade como marco para a organização de um currículo integrado', são assinaladas possibilidades para que possa ser rompida a forma de organização curricular centrada em disciplinas acadêmicas e na transmissão de conhecimentos, que pouco contribuem para a formação da autonomia intelectual, tanto de professores como de alunos.

“A transdisciplinaridade representa uma concepção da pesquisa baseada num marco de compreensão novo e compartilhado por várias disciplinas, que vem acompanhado por uma interpretação recíproca das epistemologias disciplinares.” (p. 46)

Tal concepção, ainda que sujeita a críticas pelos adeptos do currículo acadêmico, contribui para o desenvolvimento de conteúdos mais flexíveis e de valores que viabilizam ao aluno relacionar e interpretar os conhecimentos estudados a partir de diferentes pontos de vista, dando mais sentido àquilo que aprendeu.

Ao final, o autor chama a atenção para o fato de que a transdisciplinaridade vinculada ao currículo integrado, pode implicar na criação de novos objetos de conhecimento. Nessa perspectiva, os Projetos de Trabalho podem contribuir, ainda, para que a atividade do ensino se transforme em uma aventura social e intelectual mais produtiva para a comunidade escolar.

No Capítulo III - 'Os projetos de trabalho e a necessidade de mudança na educação e na função da escola', o autor reitera o fio condutor do livro, que é a preocupação com a mudança na educação, onde os Projetos de Trabalho têm um 'lugar' privilegiado. Neste processo, é inegável a contribuição que trazem para uma nova visão da relação aluno-professor, de construção do conhecimento e de currículo aberto.

"...o aluno entra num processo de construção do significado sobre o qual pode aprender, que vai além da situação concreta e que se instaura como atitude frente à aprendizagem. O papel do professor é o de intérprete desse processo e de facilitador de novas experiências que 'levam' os alunos a outras situações e problemas." (p. 75)

No intuito de fundamentar suas colocações, Hernández escreve sobre a importância de se pensar as diferenças a partir dos significados atribuídos às concepções e valores culturais. Para isso, retoma a história da escolaridade e das práticas educativas, iniciando pelos anos 20. Ao historicizar esta trajetória, ressalta as décadas de 70 e 80 até chegar ao momento atual, em que o conhecimento escolar e científico se tornam cada vez mais complexos, tornando necessária e inadiável a formação continuada mais flexível e completa, tanto para os alunos como para os professores.

Para atender aos objetivos a que se propõem, os Projetos de Trabalho não podem ser tomados como 'um método', na sua concepção filosófica, porque estes não se desenvolvem a partir da aplicação de fórmulas e de uma série de regras que pré-determinam o caminho a ser percorrido. "Ensinar mediante projetos não é fazer projetos" (p. 80). Cada Projeto é singular, construído passo a passo, através de diferentes tipos de informação, uma vez que há diferentes formas de aprender aquilo que queremos ensinar, inclusive as vinculadas ao fazer, à atividade manual e à intuição.

O que é distinto nesta proposta, é que a aprendizagem e o ensino se realizam mediante um percurso que nunca é fixo, o que não impede que os Projetos de Trabalho sejam considerados como fio condutor para a atuação do professor em suas respectivas disciplinas. Estes servem para ajudar no diálogo e nas negociações com os alunos e para fundamentar a atitude interpretativa do docente; nos critérios para a seleção dos temas e fontes de informação; e por fim, podem servir também, na avaliação, como atitude de reconstrução e transferência do que foi aprendido para situações diferenciadas.

No sentido de explicitar o que considera como Projeto de Trabalho o autor apresenta alguns aspectos que o caracterizam e o diferenciam das disciplinas inseridas no currículo:

- um percurso a partir de um tema-problema que favorece a análise, a interpretação e a crítica como contraste de pontos de vista;
- o predomínio da atitude de cooperação onde o professor também é um aprendiz, e não apenas um especialista;
- a seleção do tema do Projeto não deve se prender apenas ao elenco de disciplinas do currículo;
- um percurso que busca estabelecer conexões entre os fenômenos e que questiona a idéia de uma versão única da realidade.

Não é, portanto, uma trajetória fácil. Para que esta seja possível é necessário que a comunidade escolar queira mudar; que

docentes e alunos assumam de forma compromissada a proposta; e que participem ativamente das reuniões coletivas periódicas, onde as diferenças devem ser consideradas e respeitadas.

No Capítulo IV - 'A avaliação como parte do processo dos projetos de trabalho', é chamada a atenção para as controvérsias existentes a respeito, mais presentes quando se trata de 'transgredir' a relação da Escola com os conhecimentos e com as formas de ensiná-los e aprendê-los.

Na perspectiva do Projeto de Trabalho apresentada no livro, a avaliação faz parte do próprio processo de aprendizagem, deixando portanto de ser o ponto de chegada que estabelece o grau de ajustamento dos alunos à 'resposta única' definida pelo professor. Dessa forma, a proposta apresentada é a de que a avaliação deixe de ser meramente pontual, de ter o papel de medir de forma retrospectiva, de quantificar a aprendizagem, para assumir, no processo de formação e construção de conhecimento compartilhado, um critério de complexidade maior de sondagem, de prospecção e de seleção social.

"No Ensino Fundamental, Médio e Superior, é possível realizar um processo de seleção e ordenação de amostras que reflitam a trajetória de aprendizagem de cada estudante, de maneira que, além de evidenciar seu percurso e refletir sobre ele, possam contrastá-lo com as finalidades de seu processo e as intenções educativas e formativas do docente." (p. 99)

A realização de um 'portfólio', de um acompanhamento personalizado de cada um, permite aos alunos sentirem a aprendizagem institucional como algo próprio, pois conseguem acompanhar os momentos representativos de seu percurso, bem como de suas necessidades e expectativas no processo de ensino e aprendizagem.

Os quatro últimos capítulos do livro, contêm relatos de experiências, dúvidas, novas interrogações, encaminhamentos de

Projetos de Trabalho desenvolvidos no Ensino Fundamental de uma Escola Pública de Barcelona. As dúvidas e encaminhamentos mais recorrentes nos depoimentos e nas avaliações realizadas pelos docentes e alunos que participaram, se relacionam tanto ao desenvolvimento do processo como às tomadas de decisões que se fizeram necessárias para a seleção e elaboração de um material curricular aberto, rico e dinâmico, e para a ordenação e seqüenciação dos conteúdos trabalhados e construídos sem determinação prévia, de modo a possibilitar e provocar novas relações e interrogações.

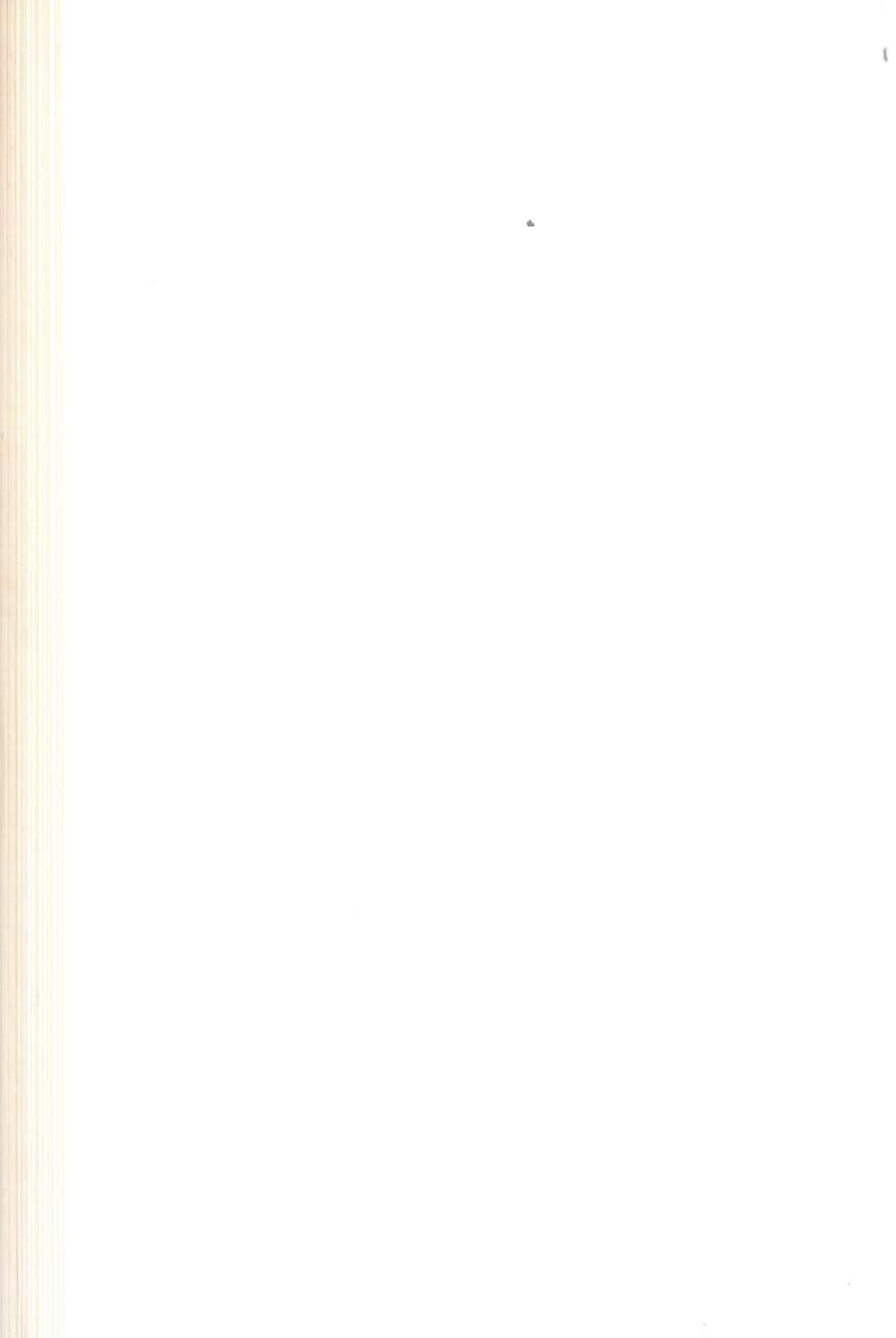
Nesta perspectiva, se concebe um desenvolvimento curricular que extrapola a visão linear e a organização por disciplinas, na medida em que estas passam a cooperar com a ordenação das informações e com a construção do conhecimento nos diferentes Projetos. Trata-se, portanto, de substituir o atual acúmulo seqüencial de conteúdos, a mera somatória de matérias, pela busca permanente de relações e conexões entre as diferentes fontes e problemas estudados. A partir dos temas escolhidos e dos objetivos dos docentes são levantadas e definidas as possíveis contribuições das diferentes disciplinas para o aprofundamento do assunto.

O Projeto tem início, portanto, com o planejamento geral do currículo, quando se deve buscar captar a estrutura fundamental de cada disciplina do curso, que passará a ser desenvolvida de forma flexível, em diferentes níveis de complexidade, dependendo da série em que são abordados.

Acredito que no Ensino Superior as experiências desenvolvidas em Laboratórios, Núcleos e Grupos de Estudo que vêm contribuindo para a consolidação de linhas de pesquisa, são pontos de partida para essa 'transgressão', desde que passem a integrar o currículo do curso e a influenciar substancialmente para a formação diferenciada dos alunos.

Como Hernández, a minha intenção também não é a de transformar experiências em receitas, principalmente porque o relato

de desenvolvimento de Projetos pode ser lido de variadas formas. Além do mais, não há sentido em simplificar a complexidade de situações vivenciadas por diferentes sujeitos, em diferentes contextos. Assim, deixo para os leitores as portas que foram abertas pelo autor, com a intenção não só de sugerir novas perguntas, como também de obter algumas respostas por parte dos educadores, no que se refere às interrogações e possibilidades apresentadas no decorrer do livro.



REGIMENTO

Revista Humanitas - ICH - PUC-Campinas

Artigo 1 - A revista **Humanitas** foi criada para ser órgão de divulgação científica do Instituto de Ciências Humanas da PUC Campinas.

Artigo 2 - A revista **Humanitas**, publicada semestralmente, tem por finalidade acolher trabalhos da área das Ciências Humanas de acordo com as normas editadas no presente regimento.

Artigo 3 - A revista **Humanitas** dirige-se a qualquer acadêmico ou profissional que se situe na área das Ciências Humanas e afins.

Artigo 4 - Colimando o objetivo da revista **Humanitas**, esta publicará:

a) Trabalhos originais e inéditos realizados por membros do corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e por especialistas nacionais/ou estrangeiros, desde que se enquadrem no presente regimento e sejam aprovadas pelo Conselho Editorial.

b) Resenha de livros e de artigos publicados em outras revistas científicas.

DA DIREÇÃO

Artigo 5 - A revista **Humanitas** será dirigida por:

- Um Conselho Executivo
- Um Conselho Editorial

Artigo 6 - O Conselho Executivo, com duração de mandato de 2 anos, será constituído por:

- Um Editor Chefe;

- Um Editor Associado;
- Um Revisor de Normalização

Artigo 7 - Cabe ao Editor Chefe;

- a) Fazer cumprir o presente regimento;
- b) Representar a Revista perante às instituições públicas e particulares;
- c) Opinar sobre a aceitação ou rejeição dos trabalhos enviados para publicação, baseado nos pareceres dos membros do Conselho Editorial;
- d) Assumir a responsabilidade da Apresentação, redigindo-a ou convidando pessoa de reconhecida competência para fazê-lo;
- e) Supervisionar todas as fases da publicação da revista e regular sua tiragem e eventuais números extras;
- f) Resolver casos omissos no presente regimento;
- g) Convocar reuniões ordinárias quadrimestralmente para avaliação do número publicado e planejar o número subsequente, assim como reuniões extraordinárias sempre que se fizer necessário.

Artigo 8 - Cabe ao Editor Associado:

- a) Auxiliar o Editor Chefe em todos os seus encargos e funções;
- b) Substituí-lo em seus impedimentos ou a pedido deste;
- c) Escolher os revisores especialistas e participar da revisão de originais submetidos para publicação;
- d) Decidir sobre a conveniência de se publicar os trabalhos encaminhados à revista;
- e) Dirimir eventuais controvérsias surgidas entre autores e revisores dos trabalhos submetidos para publicação;
- f) Registrar em livro ata, as reuniões do Conselho;
- g) Responsabilizar-se pelo trâmite dos processos encaminhados aos revisores;

- h) Garantir o anonimato dos revisores técnicos de sua escolha;
- i) Responsabilizar-se pela revisão-técnica na fase de impressão.

Artigo 9 - Cabe ao Revisor de Normalização:

- a) Assessorar o Editor Associado em todos os seus encargos e funções;
- b) Supervisionar a secretaria da Revista;
- c) Estabelecer intercâmbio com outras unidades da Universidade, desde que designado pelo Editor;
- d) Normalizar, junto ao Conselho Editorial, as publicações periódicas e seriadas, segundo as normas da ABNT e os padrões adotados pela Instituição, principalmente quanto aos aspectos de formato, capa, apresentação gráfica, divisão do conteúdo do documento e periodicidade, de modo a facilitar a identificação da publicação, o tratamento, a disseminação e a recuperação das informações nela contidas;
- e) Acompanhar a composição e a diagramação dos trabalhos a serem publicados, de acordo com as normas e os padrões estabelecidos pela Instituição;
- f) Conferir as provas, após a composição, e examinar a arte-final do trabalho a ser publicado (apresentação geral), manifestando-se "de acordo" ou não com sua impressão.

Artigo 10 - O Conselho Editorial será composto por todos os colaboradores convidados para tal pelo Editor da Revista em função de seus méritos e grau de conhecimento em suas respectivas áreas de atuação, competindo-lhe

- a) Analisar os trabalhos enviados, julgando da conveniência ou não da publicação e sugerindo eventuais modificações;
- b) Propor os assuntos de revisão, atualização e divulgação a serem editados pela Revista;
- c) Propor alterações nos textos dos trabalhos, sempre que julgar conveniente;

- d) Sugerir padronização de ortografia dos trabalhos tomando por base o vocabulário da língua portuguesa e a ortografia oficial, de acordo com a Academia Brasileira de Letras.

Artigo 11 - A Secretaria Geral da revista Humanitas terá sede própria e permanente (endereço postal: "Instituto de Ciências Humanas" - Rodovia "D. Pedro I" - Km 136 - Caixa Postal 317 - CEP 13020-904, Campinas, SP - endereço eletrônico: ich@acad.puccamp.br), para recebimento, editoração e manutenção do material científico a ela encaminhado para publicação, competindo-lhe:

- a) Receber os trabalhos para publicação e encaminhá-los ao Editor Chefe;
- b) Organizar toda a correspondência e tramitação do material da Revista;
- c) Auxiliar o Editor Chefe e demais Diretores Acadêmicos nos trabalhos de preparação e expedição da Revista.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 12 - A revista **Humanitas** será editada com recursos financeiros provenientes de verbas oriundas da Instituição, vendas de assinaturas e de números avulsos, doações e recursos de outras fontes, geridos pelo Conselho Executivo.

Artigo 13 - A distribuição da Revista far-se-á:

- a) Por doação às bibliotecas de Faculdades e Instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
- b) Por venda de números avulsos e assinaturas;
- c) Por permuta com revistas nacionais e estrangeiras;
- d) Por distribuição gratuita para fins de propaganda ou outro critério ajuízo da Direção Acadêmica.

Parágrafo primeiro - A permuta de publicação será de responsabilidade do Serviço de Publicação, Divulgação e Intercâmbio do SBI/PUC-Campinas

Parágrafo segundo - As revistas e livros recebidos por permuta serão incorporados à Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas.

Artigo 14 - Serão fornecidas gratuitamente ao autor principal 3 (três) revistas onde conste seu artigo, sendo que, se necessário, poderá ser fornecido maior número delas, mediante pagamento.

Artigo 15 - Os originais publicados não serão devolvidos e os não aceitos ficarão à disposição dos respectivos autores pelo prazo de um ano, cabendo-lhes quaisquer despesas para devolução.

Artigo 16 - Os trabalhos serão ordenados conforme a disposição cronológica de recebimento e posterior aprovação.

Artigo 17 - Os conceitos emitidos nos artigos e comunicações são de total responsabilidade dos autores.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 18 - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Editor e pelo Conselho Executivo, ouvido, se necessário, o Conselho Editorial.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORADORES

A revista *Humanitas* publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais, Geografia e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias: **Artigo Original** e **Resenhas**.

Submissão de trabalhos. Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de *figuras* ou *tabelas* publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso.

Apresentação do manuscrito. Enviar os manuscritos para a Conselho Executivo do Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas, em duas cópias, preparados em espaço 1,5, com fonte tamanho 12 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha**. Para esclarecimentos de

eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português, com título, resumo e termos de indexação no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5', empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: "Instituto de Ciências Humanas" - PUC-Campinas - Rodovia D. Pedro I - Km 136 - Caixa Postal 317 - CEP: 13.020.904, Campinas-SP e-mail: ich@acad.puccamp.br

Página de título. A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo, b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião cientí-

fica, indicar nome do evento, local e data de realização.

Resumo. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 100 e no máximo 200 palavras no idioma original e em inglês. O resumo deve conter informações claras quanto ao objetivo do trabalho, metodologia, resultados e conclusões principais. Não deve conter citações e abreviaturas.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

Agradecimentos: Podem ser registrados agradecimentos, em parágrafo não superior a três linhas, dirigidos a instituições ou indivíduos que prestaram efetiva colaboração para o trabalho.

Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/1989.

No texto citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como ABRANCHES (1987); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por &, como em CAREY & SHUGART (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e do ano da publicação, como em

STARK *et al.* (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. **A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.**

Exemplos:

Livros

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir.** Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2. ed., São Paulo: Vértice, 1986.

Artigos

REIS, E., *Elites agrárias, state-building e autoritarismo* In **Dados**, v. 25; n.3, p. 275-269, 1982.

Coletânea

ABRANCHES, S. H., Governo, empresa estatal e política siderúrgica:1930-1975, In O.B. Lima e S.H. Abranches (orgs.). **As origens da crise**. São Paulo: IUPERJ/ Vértice,1987.

Teses acadêmicas:

SGUIZZARDI, E.H., **O estruturalismo de Piaget**: Subsídios para a determinação de um lugar comum para a ciência e a arquitetura. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo,1986. Tese de Mestrado.

Citações bibliográficas

no texto. Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, e devem constar da lista de referências bibliográficas.

As nomenclaturas deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das Ciências Humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

REVISTA HUMANITAS
Instituto de Ciências Humanas (ICH)
PUC-Campinas

Campus I - Rodovia D. Pedro I, km 136 - Caixa Postal 317
Telefone/Fax: (0XX19) 756-7238
CEP: 13020-904 - Campinas-SP - Brasil
e-mail: ich@acad.puccamp.br

FICHA DE ASSINATURA

Nome: _____

Instituição: _____

Endereço para envio da Revista:

Rua _____

Nº _____ Aptº _____ /Bloco complemento: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

Assinatura anual da Revista: R\$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.

Conselho Editorial

Agenor José Teixeira Pinto Farias
Arnaldo Lemos Filho
Doraci Alves Lopes
Juleusa Maria Theodoro Turra
Lilia Inés Zanotti de Medrano
Paulo José de Andrade Pacheco
Pedro Rocha Lemos
Sonia Regina da Cal Seixas Barbosa

Comissão Editorial

Antonio Carlos Pinheiro
Doraci Alves Lopes
Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
Lilia Inés Zanotti de Medrano

Doraci Alves Lopes

ÉTICA E CIDADANIA: REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Thales de Andrade

ESTÉTICA E ÉTICA: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE SOBRE
FENÔMENOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS

Pedro Rocha Lemos

CULTURA POLÍTICA, CIDADANIA E DESCENTRALIZAÇÃO DAS
POLÍTICAS HABITACIONAIS

Doraci Alves Lopes

ÉTICA, DO HABITAR E TRABALHADORES SEM TETO: DESAFIO
METODOLÓGICO

Vera Lúcia G. S. Rodrigues

SOCIEDADE CIVIL E GESTÃO PARTICIPATIVA: OS COMITÊS
DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Paulo André A. Setti

AFINAL, QUEM SÃO ELES? ALTERIDADE E COMPLEXIDADE
NA PESQUISA ANTROPOLÓGICA

RESENHAS